

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bruna Oleinik Galafassi

**HEGEMONIA NO SUDESTE ASIÁTICO: AS PROJEÇÕES DE PODER DE CHINA
E ESTADOS UNIDOS SOBRE FILIPINAS, INDONÉSIA, MALÁSIA E VIETNÃ.**

Santa Maria, RS
2023

Bruna Oleinik Galafassi

**HEGEMONIA NO SUDESTE ASIÁTICO: AS PROJEÇÕES DE PODER DE CHINA
E ESTADOS UNIDOS SOBRE FILIPINAS, INDONÉSIA, MALÁSIA E VIETNÃ.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais, da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Hendler

Santa Maria, RS
2023

Bruna Oleinik Galafassi

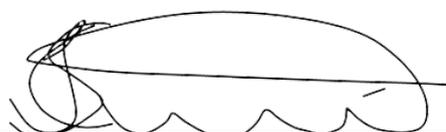
HEGEMONIA NO SUDESTE ASIÁTICO: AS PROJEÇÕES DE PODER DE CHINA E ESTADOS UNIDOS SOBRE FILIPINAS, INDONÉSIA, MALÁSIA E VIETNÃ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Aprovada em 12 de dezembro de 2023.



Bruno Hendler, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Igor Castellano da Silva, Dr. (UFSM)

Pedro Henrique Batista Barbosa, Dr. (Renmin University of China)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

HEGEMONIA REGIONAL NO SUDESTE ASIÁTICO: AS PROJEÇÕES DE PODER DE CHINA E ESTADOS UNIDOS SOBRE FILIPINAS, INDONÉSIA, MALÁSIA E VIETNÃ.

AUTOR: Bruna Oleinik Galafassi

ORIENTADOR: Bruno Hendler

O objetivo geral deste trabalho é analisar a projeção de poder de Estados Unidos e China nos países Filipinas, Vietnã, Indonésia e Malásia, pertencentes ao Sudeste Asiático, na atualidade, entre 2020 e 2022. Foi escolhido esse intervalo de tempo por ser o mais recente possível e com os quais as bases de dados disponíveis trabalham. Assim, são analisadas bibliografias acerca de hegemonia e poder, a partir de autores realistas, marxistas e liberais das Relações Internacionais, com o intuito de apresentar formas de mensuração de poder e como ele se materializa (coerção/consenso). A partir disso, realiza-se um apanhado histórico durante a Guerra Fria e o pós Guerra Fria dos Estados Unidos e da China como agentes no Sudeste Asiático, inferindo-se como cada um se comporta acerca dos poderes econômico, militar e político. Sobre esses poderes, entende-se que a dominância deles impacta na forma que os Estados se posicionam em uma região ou até mesmo no Sistema Internacional. Por fim, indicadores de poder foram escolhidos para apresentar dados quantitativos acerca da influência dos Estados Unidos e da China em alguns países do Sudeste Asiático. Não necessariamente a China irá ultrapassar os Estados Unidos como hegemonia regional, principalmente pela presença militar estadunidense ser muito relevante na região ainda.

Palavras-chave: Estados Unidos. China. Sudeste Asiático. Poder. Hegemonia.

ABSTRACT

REGIONAL HEGEMONY IN SOUTHEAST ASIA: THE POWER PROJECTIONS OF CHINA AND THE UNITED STATES OVER THE PHILIPPINES, INDONESIA, MALAYSIA AND VIETNAM.

AUTHOR: Bruna Oleinik Galafassi
ADVISOR: Bruno Hendler

The general objective of this work is to analyze the power projection of the United States and China in the countries of the Philippines, Vietnam, Indonesia and Malaysia, belonging to Southeast Asia, currently, between 2020 and 2022. This time interval was chosen because it is the most recent possible and with which the available databases work. Thus, bibliographies on hegemony and power are proven, from realist, marxist and liberal authors of International Relations, with the aim of presenting ways of measuring power and how it materializes (coercion/consensus). From this, a historical overview is made during the Cold War and post-Cold War of the United States and China as agents in Southeast Asia, inferring how each behaves in relation to economic, military and political powers. Regarding these powers, it is understood that their dominance impacts the way in which States position themselves in a region or even in the International System. Finally, power indicators were chosen to present quantitative data on the influence of the United States and China in some Southeast Asian countries. China will not necessarily overtake the United States as a regional hegemon, mainly because the American military presence is still very relevant in the region.

Keywords: United States. China. Southeast Asia. Power. Hegemony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação (CSA).....	20
Figura 2 - Esquema de evolução dos ciclos hegemônicos.....	21
Figura 3 - Mapa ilustrativo da Rota da Seda.....	45
Figura 4 - Zonas marítimas em disputa no Mar do Sul da China.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação teórica dos autores.....	30
Tabela 2 - Poder econômico sobre as Filipinas.....	55
Tabela 3 - Poder militar sobre as Filipinas.....	55
Tabela 4 - Poder político sobre as Filipinas.....	56
Tabela 5 - Poder econômico sobre o Vietnã.....	58
Tabela 6 - Poder militar sobre o Vietnã.....	59
Tabela 7 - Poder político sobre o Vietnã.....	60
Tabela 8 - Poder econômico sobre a Indonésia.....	62
Tabela 9 - Poder militar sobre a Indonésia.....	62
Tabela 10 - Poder político sobre a Indonésia.....	63
Tabela 11 - Poder econômico sobre a Malásia.....	65
Tabela 12 - Poder militar sobre a Malásia.....	66
Tabela 13 - Poder político sobre a Malásia.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Capacidade dos poderes relativos nas Filipinas.....	57
Gráfico 2 - Capacidade dos poderes relativos no Vietnã.....	61
Gráfico 3 - Capacidade dos poderes relativos na Indonésia.....	64
Gráfico 4 - Capacidade dos poderes relativos na Malásia.....	68
Gráfico 5 - Poder agregado em cada país.....	69

LISTA DE SIGLAS

VOC	Companhia Holandesa das Índias Orientais
ONU	Organização das Nações Unidas
ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
SE	Sudeste
URSS	União Soviética
ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
MSCh	Mar do Sul da China
ACFTA	Tratado de Livre-Comércio entre Associação de Nações do Sudeste Asiático e China
PIB	Produto Interno Bruto
BRI	Belt and Road Initiative
UNCLOS	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
ZEE	Zonas Econômicas Especiais
COC	Código de Conduta

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O CONCEITO DE HEGEMONIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	14
2.1 INTRODUÇÃO AO DEBATE DE HEGEMONIA DE ARRIGHI, NYE E MEARSHEIMER.....	16
2.2 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E OS CICLOS HEGEMÔNICOS A PARTIR DE GIOVANNI ARRIGHI E A QUESTÃO DA HEGEMONIA REGIONAL.....	19
2.2.1 Ciclo hegemônico ibérico-genovês.....	22
2.2.2 Ciclo hegemônico holandês.....	23
2.2.3 Ciclo hegemônico britânico.....	24
2.2.4 Ciclo hegemônico norte-americano.....	25
1.2.5 Hegemonia regional.....	27
2.3 JOSEPH NYE E A CONCEPÇÃO DE PODER.....	29
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	31
3. OS ESTADOS UNIDOS E A CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO.....	32
3.1 PROJEÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NO SUDESTE ASIÁTICO DURANTE A GUERRA FRIA.....	33
3.2 PROJEÇÃO DA CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO DURANTE A GUERRA FRIA.....	36
3.3 PROJEÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NO SUDESTE ASIÁTICO PÓS GUERRA FRIA.....	39
3.4 PROJEÇÃO DA CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO PÓS GUERRA FRIA.....	42
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	49
4. A PROJEÇÃO DE PODER DE CHINA E ESTADOS UNIDOS SOBRE FILIPINAS, VIETNÃ, MALÁSIA E INDONÉSIA.....	51
4.1 MENSURAÇÃO DE PODER.....	51
4.1.1 Capacidades de poder.....	52
4.1.2 Cálculos do poder relativo.....	53

4.2 ANÁLISE DOS TRÊS PODERES DE NYE APLICADOS EM FILIPINAS, VIETNÃ, INDONÉSIA E MALÁSIA.....	54
4.2.1 Filipinas.....	54
4.2.2 Vietnã.....	58
4.2.3 Indonésia.....	62
4.2.4 Malásia.....	65
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	69
5 CONCLUSÕES.....	71
REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

De maneira geral, os estudos de relações internacionais passaram a discutir, a partir da década de 1970, o fato de o capitalismo aparentar estar passando por algum tipo de modificação. Essa mudança está ligada diretamente com o declínio do poder norte-americano, apontado por teóricos como Giovanni Arrighi. Segundo o autor (1996), três fatores representam o por que dessa crise acontecer.

Militarmente, o exército norte-americano entrou em dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods; e, ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior. (ARRIGHI, 1996, p. 310).

Tendo isso em vista, baseia-se essa questão de ascensão e queda de hegemonias a partir dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Arrighi (1996) entende que houve quatro ciclos hegemônicos até o momento, sendo o último protagonizado pelos Estados Unidos. Entretanto, o próprio autor faz uma reflexão de que, com o declínio do país, o possível próximo sucessor será a China. Também, é interessante de se analisar que toda hegemonia mundial já foi uma hegemonia regional, baseando-se em Augusto César Dall’Agnol (2015) e no que o autor aborda do pensamento de John Mearsheimer, entendendo, portanto, esse papel da China na região do Sudeste Asiático.

Assim, a China tem ganhado cada vez mais destaque nas discussões de relações internacionais e, por ser também considerada uma potência e um importante ator regional, será analisada sua influência na região do Sudeste Asiático, bem como a dos Estados Unidos. O principal fator para o país estar fazendo parte da transição hegemônica é a centralização do poder econômico e financeiro, enquanto os Estados Unidos se mantêm com o poder militar centralizado. Para conseguir se entender a transição hegemônica, consideraremos três poderes principais, já que um Estado hegemônico se mantém como hegemonia com mais de um tipo de influência: o poder econômico, o poder militar e o poder político, baseados em Nye (2010).

Com isso, o presente trabalho busca responder à seguinte pergunta: “A partir da análise de dados dos tipos de poder de Nye, em que medida a China está sendo mais influente do que os Estados Unidos na região do Sudeste Asiático?”. O objetivo

geral consiste em verificar as projeções de poder da China e dos Estados Unidos no Sudeste Asiático, mais precisamente sobre Filipinas, Vietnã, Indonésia e Malásia, em um recorte de tempo atual (2020-2022), analisando-se as capacidades relativas de poder. Os objetivos específicos compreendem: (1) apontar as teorias que abordam hegemonia e poder, de forma a se contextualizar o debate acerca dos poder de um país hegemônico; (2) expor a projeção dos Estados Unidos e da China no Sudeste Asiático durante a Guerra Fria e pós Guerra Fria; e (3) analisar as capacidades econômicas, militares e políticas relativas dos EUA e da China (entre 2020-2022). A hipótese é a de que atualmente, é possível afirmar que a China está mantendo parcelas de poder que antes pertenciam aos Estados Unidos na região do Sudeste Asiático.

Quanto à metodologia utilizada, a pesquisa é feita de forma qualitativa e comparativa, voltada a analisar empiricamente as capacidades relativas dos Estados Unidos e da China perante Filipinas, Vietnã, Indonésia e Malásia. O primeiro capítulo se concentra em realizar uma revisão bibliográfica simples sobre hegemonia e poder nas relações internacionais, abrangendo autores marxistas, liberais e realistas, contemplando questões sobre poder coercitivo e consensitivo e as capacidades de poder que são contempladas por eles (econômica, militar e política). Os autores foram escolhidos a partir de um conhecimento prévio dos mesmos. Os portais de dados utilizados na pesquisa foram o Lowy Institute Asia Power Index (2023) e o International Trade Centre (2019), sendo os únicos que apresentaram indicadores com informações relacionadas entre dois países.

O capítulo dois se contenta em fazer uma análise descritiva dos períodos de atuação dos Estados Unidos e da China durante a Guerra Fria e o pós Guerra Fria na região do Sudeste Asiático. Com isso, analisa-se como os três poderes foram utilizados pelos dois países na região abordada nos dois períodos de tempo. No terceiro e último capítulo, a pesquisa tem um caráter explicativo e comparativo, pois é explicado, a partir dos indicadores quantitativos das capacidades de poder, em quais há uma superioridade estadunidense ou chinesa. Assim, busca-se analisar se, empiricamente, é possível aferir que há uma transição de hegemonia (regional) no Sudeste Asiático, baseada nas capacidades relativas de poder dos Estados Unidos e da China.

2 O CONCEITO DE HEGEMONIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O conceito de Hegemonia foi utilizado primeiramente, segundo a literatura, por Antonio Gramsci¹, ao abordar o fascismo italiano², regime do país que se manteve entre 1922 e 1943. De maneira geral, pode-se dizer que a maior convergência entre Gramsci e Lênin está presente na discussão sobre hegemonia e é assim que o precursor do conceito irá fundamentar sua teoria. Do grego *eghestai*, hegemonia significa “conduzir”, “comandar”, “ser líder”, mas deriva do militarismo, então está diretamente ligado a quem comanda o exército e, o termo em si, foi utilizado também, por exemplo, para definir a cidade grega que liderava as outras cidades para a guerra, nomeando-a de cidade hegemônica (GRUPPI, 1991, p.1).

Apesar disso, há uma discussão que envolve teoria e prática. Nesse sentido, Gramsci, assim como Marx e Engels, entende que deve-se haver uma superação, uma resolução, na prática e na vivência, do que a teoria não soluciona (GRUPPI, 1991, p.2). Assim, o autor sugere que a hegemonia do proletariado (que possui a mesma lógica da ditadura do proletariado³ de Lênin) “representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural” (GRUPPI, 1991, p.2). Como forma de complementar esse pensamento, Gramsci entende a revolução como “reforma intelectual e moral” (GRUPPI, 1991, p.2).

Como abordado anteriormente, Gramsci utilizou-se do fascismo italiano para agregar o conceito de hegemonia. Com isso, há uma crítica ao fato de que a Itália não presenciou movimentos como a Reforma Protestante ou a Revolução Francesa (GRUPPI, 1991, p.3). Isso se deve pois o país em questão abrangeu o chamado

¹ Antonio Gramsci foi um teórico marxista nascido na Itália. Foi um dos participantes da fundação do Partido Comunista da Itália em 1921. Ficou preso de 1926 a 1937, condenado pelo regime fascista e foi durante o cárcere em que escreveu boa parte de suas obras.

² O fascismo italiano ocorreu por diversas motivações, como o pós guerra que foi pouco compensador tanto financeiramente quanto por mortes na guerra, além de o sistema parlamentar aparentar ser fraco, por não possuir partidos fortes ou até mesmo uma monarquia que fosse carismática. Assim, o fascismo foi “apagando” o socialismo da Itália, principalmente por meio da gama de jovens que se identificava com os preceitos radicais e de extrema-direita e tendo as aspirações de Mussolini como representação: “a defesa da propriedade privada, uma política externa nacionalista e a realização de obras públicas para fomentar a economia rural” (GONÇALVES, 2009, p.884)

³ “Conceito leniniano de ditadura do proletariado estabelece a necessidade de destruição do Estado burguês através do controle e extinção do seu núcleo duro – o burocratismo – pelo proletariado” (LASAGNA, 2017, p. 109)

Renascimento Italiano⁴, um movimento elitista, ou seja, que acabou por segregar ainda mais o “povo” dos chamados “intelectuais”, indo contra os preceitos do autor, que aborda o conceito de hegemonia como sendo “algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1991, p.3). Com isso, entende-se que a crítica de Gramsci é ao modelo capitalista, pois o teórico apoia a construção estatal a partir da sociedade civil e, inicialmente, esse é o foco dele para a construção de uma hegemonia política, mas o conceito é facilmente aplicado em outras reflexões, como, por exemplo, a ascensão e queda de grandes potências.

Assim, segundo Gruppi (1991), Gramsci entende que, baseado e apoiado em Karl Marx e Lênin, a política encontra o seu ápice na revolução:

Se, da mudança da estrutura, deriva uma mudança do modo de pensar e da consciência, a hegemonia do proletariado (e aqui se entende como tal a ditadura do proletariado), que transforma a sociedade, transforma também o modo de pensar. E, portanto, a teoria e a realização na prática da hegemonia do proletariado são um grande evento filosófico. (GRUPPI, 1991, p.4).

Com esse contexto, hegemonia para Gramsci, segundo Vidal e Brum (2020, p.112), é “um conjunto de funções de domínio e direção exercidas por uma determinada classe social dominante sobre o restante da sociedade”. Assim, “central para a manutenção da hegemonia é um sistema de regras baseado mais em aspectos consensuais do poder do que na coerção direta” (GILL, 2008, p. 14, apud VIDAL, BRUM, 2020, p.112). Isso se deve ao fato de que o Estado e a elite dominante por trás do poder sempre irá buscar legitimar a sua dominação da ordem social:

Além da capacidade simbólica que contribui para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra, o Estado ainda se configura como detentor do monopólio da violência física contribuindo para a adequação do restante da sociedade em torno da estrutura econômica vigente e de seus interesses hegemônicos. Nesse sentido, a hegemonia pressupõe uma luta constante por sua afirmação e conquista dos meios materiais e simbólicos para sua manutenção. (VIDAL, BRUM, 2020, p.112).

Tratando-se de uma hegemonia internacional, esta se configura como a externalização da própria hegemonia interna, de forma que há uma

⁴ Período de transição para a Idade Moderna que contou com mudanças culturais refletidas diretamente em bases econômicas, políticas e religiosas. Algumas das principais características foram o cientificismo e o racionalismo.

internacionalização dos interesses internos (VIDAL, BRUM, 2020, p.112), fazendo com que eles sejam impostos como um ponto de vista universal (BOURDIEU, 1996, p. 120, apud VIDAL, BRUM, 2020, p.112). Assim, conclui-se que para se ter uma hegemonia internacional necessariamente deve-se haver uma classe dominante internacional, que forma um espaço global para que as visões dessa classe sejam propagadas, uma rede de apoio que vai “elaborar e difundir uma determinada visão de mundo com características universalizantes” (MATHIAS, 2015, p. 820), isso com outras bases como, por exemplo, intuições e organismos internacionais, fundamentando o consenso e não a coerção.

Para além disso, Robert Cox concorda com a perspectiva gramsciana, mas adiciona novas terminações importantes para o conceito de hegemonia. Segundo ele, a hegemonia não se restringe à luta de classes, muito menos a ordem de Estados. As relações de subordinação e dominação podem ser aplicadas para se entender a ordem internacional hegemônica, bem como a predominância de “um modo econômico de produção com capacidade de se expandir para todos os países e um complexo sistema de relações sociais que envolve diferentes classes de diferentes países” (COX, 1983, apud LOBATO, AMIN, 2015, p.174), além da hegemonia ser uma combinação entre economia, política e sociedade.

2.1 INTRODUÇÃO AO DEBATE DE HEGEMONIA DE ARRIGHI, NYE E MEARSHEIMER

Tendo como base o tópico anterior, entende-se então que, para Gramsci, como o pioneiro do conceito de hegemonia, a sociedade civil é essencial para que a dominação de classe seja efetiva e legitimada. Com isso, o autor entende também que uma potência hegemônica está diretamente ligada com a “possibilidade de imprimir a atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercute sobre os outros Estados” (GRAMSCI, 2007, p. 55, apud VIDAL, BRUM, 2020, p. 111). Justamente, o debate de Gramsci se baseia no consenso, ou seja, na hegemonia. Contudo, se faz necessário destacar que, quando não há consenso e a coerção é o elemento principal, passa-se a se tratar de imperialismo.

O termo imperialismo foi cunhado por John Atkinson Hobson, por meio de

uma crítica do autor ao expansionismo britânico⁵ e às guerras travadas por conta deste. Para ele, “o papel que fatores não econômicos desempenham na expansão imperialista, como o patriotismo, a aventura, o espírito militar, a ambição política e a filantropia são a força motriz do imperialismo e não os círculos financeiros” (BUGIATO, 2007, p. 128). De forma geral, o precursor entende como imperialismo a “submissão ao poder da metrópole como forma de absorção política das terras, onde funcionários, mercadores, industriais exercem seu poder econômico sobre ‘as raças inferiores’ e incapazes de praticar o autogoverno” (BUGIATO, 2007, p. 130).

Entretanto, o termo foi adquirindo novos estudos e novas formas de ser visto e abordado que são mais condizentes com a realidade, entendendo que, basicamente, o imperialismo é uma forma de exploração coercitiva que se baseia no sistema capitalista de acumulação. Tendo isso em vista, serão abordadas as visões de hegemonia e imperialismo para Giovanni Arrighi e Joseph Nye como contrapontos e, de certa forma, complementares, além da de Mearsheimer, com o foco no conceito de hegemonia regional.

De forma geral, para Giovanni Arrighi, o termo hegemonia é essencial para fundamentar sua teoria, que justamente apoia-se no fato de que há ciclos hegemônicos sistêmicos. O autor prevê que haja ciclos sistêmicos de acumulação de capital por parte das potências hegemônicas. Ou seja, cada potência dominante/hegemônica acumula mais capital do que a anterior, além de abranger uma nova ordem mundial a partir de conflitos ou guerras que ocorrem. Assim, o autor analisa a evolução do sistema capitalista por meio de ciclos de acumulação sistêmicos que são diretamente alinhados aos ciclos hegemônicos e ambos serão tratados com mais ênfase na próxima sessão do capítulo.

Já Joseph Nye entende que hegemonia e poder brando⁶, conceito elaborado por ele mesmo, possuem alguns princípios similares. Um desses princípios é o consentimento para que seja garantida e legitimada a supremacia de um grupo. Em suma, o autor critica algumas teorias, como a do sistema-mundo, por ela apontar que os Estados Unidos estão em um declínio hegemônico. Os autores Ramos e Zahran (2006) entendem que

⁵ Período o qual a Inglaterra obteve o controle sobre as rotas de navegação, dando também espaço para a criação de colônias estratégicas ao país.

⁶ Poder brando ou “soft power” é o tipo de poder que não usa da força para influenciar ou convencer um país, uma instituição, um órgão, alguém, etc, ou seja, usa-se do consentimento. Os elementos mais usados são aqueles ligados à diplomacia, à cultura, entre outros.

Existe uma clara aproximação entre o conceito de poder brando desenvolvido por Nye e o conceito gramsciano de hegemonia. Ambos se referem a um conjunto de princípios gerais, idéias, valores ou instituições, compartilhados, consentidos ou considerados legítimos por diferentes grupos, mas que, ao mesmo tempo, são recursos de poder, influência ou controle de um grupo sobre outro. (RAMOS, ZAHRAN, 2006, p. 138).

O autor, a partir de uma utopia em que o mesmo cria de que não há disputa por hegemonia, acredita que o poder brando pode existir pelo consenso, não sendo necessária a coerção. Ou seja, o poder brando pode existir independentemente, diferentemente de outros autores já citados que entendem que há também a presença da coerção (RAMOS, ZAHRAN, 2006, p. 22).

Se tratando de poder, Nye, além das suas contribuições acerca de coerção e consenso, poder duro e poder brando, também destaca alguns tipos de poder essenciais de uma hegemonia. Durante a Guerra Fria, líderes políticos dos Estados Unidos utilizavam o termo “segurança nacional” para justificar investimentos nas áreas: militar, econômica e política (KEOHANE, NYE, 2001, p. 5). Estas áreas representam que poder é uma “união funcional dos três” (KEOHANE, NYE, 2001, p. 5). Keohane e Nye (2001), contudo, elaboram uma análise aprofundada quanto ao poder e a relação entre essas áreas. Os autores concordam que o poder militar irá ser mais efetivo do que o econômico em algumas situações, mas nem sempre, visto que, quanto mais importante o interesse a ser alcançado, os tipos de poder utilizados serão aqueles melhores avaliados em dominância e custo (KEOHANE, NYE, 2001, p. 14).

Por fim, Augusto César Dall’Agnol (2015) afirma que, de acordo com o neorrealista John J. Mearsheimer, os Estados têm como objetivo sobreviver. Para isso, competem entre si por poder, buscando, como última meta, dominar o sistema mundial, ou seja, serem hegemônicas. Contudo, Mearsheimer entende que é impraticável a conjuntura de hegemonia global, devido aos empecilhos de se manter e alcançar o poder em territórios afastados, e que “a melhor posição que um Estado pode aspirar a ser é ser um hegemônio regional e, assim, dominar a sua região geográfica” (MEARSHEIMER, p. 160, apud DALL’AGNOL, 2015, p. 108).

Por isso, entende-se que os Estados devem, primeiramente, tentar se tornar uma hegemonia regional e, a partir disso, segundo o autor, “eles buscam prevenir outras grandes potências em outras regiões geográficas de duplicarem seus tamanhos. Hegêmonas regionais, em outras palavras, não querem competidores” (MEARSHEIMER, 2013, apud DALL’AGNOL, 2015, p. 108).

Há alguns mecanismos utilizados para que uma hegemonia evite que haja competição com outras hegemônias regionais. O primeiro deles é chamado pelo teórico de *balancing*. O *balancing* se refere a neutralização do “crescimento de uma potência hegemônica regional por meio da constituição de alianças com outros Estados” (DALL’AGNOL, 2015, p. 108). O segundo mecanismo utilizado é o *buck-passing*, que seria basicamente as próprias potências regionais se unirem e competirem contra a hegemonia regional (DALL’AGNOL, 2015, p. 108). Tendo isso em vista, essa apropriação de Mearsheimer do termo de hegemonia pode ser diretamente relacionada com a presença da China no Sudeste Asiático e, também, com os ciclos hegemônicos de Arrighi, relação essa que será feita em uma próxima sessão do capítulo.

2.2 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E OS CICLOS HEGEMÔNICOS A PARTIR DE GIOVANNI ARRIGHI E A QUESTÃO DA HEGEMONIA REGIONAL

De forma a elucidar o debate sobre hegemonia e, também, basear a presente monografia, se torna necessário adentrar o assunto por meio da teoria de Giovanni Arrighi. A teoria está inserida no debate das teorias de sistema-mundo e trata das relações de poder na ordem capitalista. Tendo isso em vista, de maneira geral, os ciclos sistêmicos de acumulação e os ciclos hegemônicos estão intrinsecamente ligados ao advento e desenvolvimento do sistema capitalista.

De acordo com Fernand Braudel (1982), o capitalismo possui características fundamentais para sua duração e existência: a “flexibilidade” e o “ecletismo” do capital, justamente por sua competência de se adaptar e de ter capacidade de mudança (BRAUDEL, 1982, p. 433, apud ARRIGHI, 1996, p.4). Tratando-se disso, entende-se que essa lógica capitalista se encontra diretamente com o capital de Karl Marx, definido como DMD’.

O capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D’ representa a *ampliação* da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha. (ARRIGHI, 1996, p. 5).

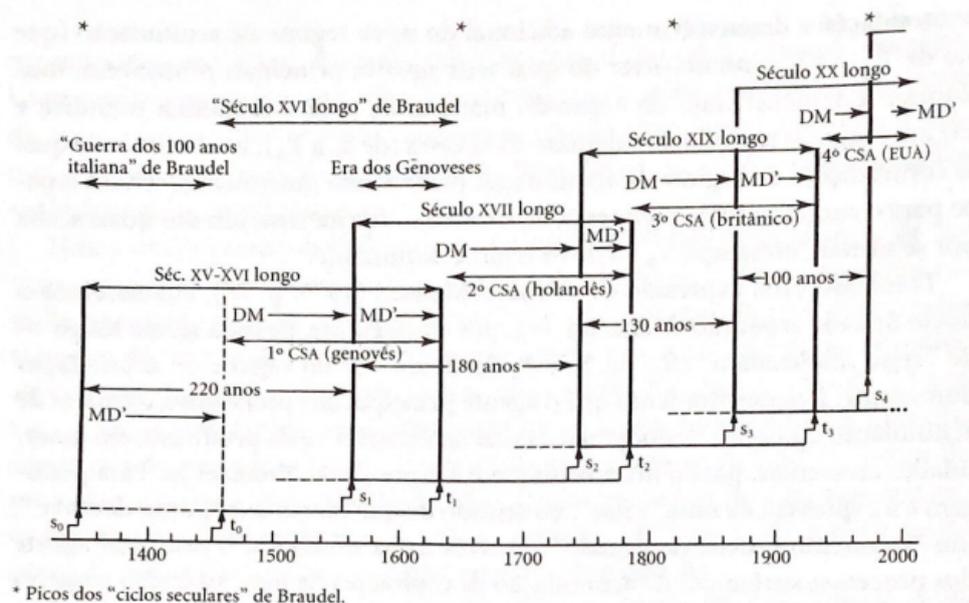
Essa lógica capitalista compreende, então, não apenas investimentos individuais, mas também como o sistema mundial se organiza padronizadamente. Esse padrão, que é a junção de duas épocas, se refere justamente a um ciclo sistêmico de acumulação, que é uma alternância entre cenários de expansão

material (DM) com cenários de expansão financeira (MD'). De acordo com Lobato e Amin (2015), a fase de expansão material marca o momento no qual se aumentam as economias através de uma singular via de desenvolvimento e a fase de expansão financeira se refere ao declínio do crescimento pela via de desenvolvimento utilizada e, então, há uma reestruturação e uma reorganização para a existência de uma nova via. Assim, Arrighi entende que:

Nas fases de expansão material, o capital monetário 'coloca em movimento' uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário 'liberta-se' de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). (ARRIGHI, 1996, p. 6).

Assim, Arrighi (1996) aponta que somente após acabar um conflito é que um novo regime se estabelece, pois o capital excedente volta para a fase de expansão material (DM). Com isso, a lógica dos ciclos sistêmicos de acumulação, que são quatro, se encontra diretamente com os ciclos hegemônicos, visto que a hegemonia é a responsável por gerar esses ciclos sistêmicos de acumulação. Abaixo, a figura faz uma descrição da duração desses ciclos sistêmicos de acumulação, delimitando as expansões materiais e financeiras de cada século longo, assim como as durações de cada um deles.

Figura 1 - Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação (CSA)



Fonte: (ARRIGHI, 1996)

Para além disso, é interessante esquematizar a evolução capitalista por meio dos ciclos hegemônicos, retratados na figura a seguir. Com base nela, entende-se que, conforme os ciclos se alteram, algum custo é internalizado, além de se diferenciarem em tipos extensivos e intensivos e terem uma organização governamental diferente também.

Figura 2 - Esquema de evolução dos ciclos hegemônicos

Organização governamental líder	Tipo de regime/ciclo		Custos internalizados			
	Extensivo	Intensivo	Proteção	Produção	Transação	Reprodução
Estado-Mundo		Norte-Americano	Sim	Sim	Sim	Não
↑	Britânico		Sim	Sim	Não	Não
Estado-Nação		Holandês	Sim	Não	Não	Não
↑	Genovês		Não	Não	Não	Não
Cidade-Estado						

Fonte: (SILVER, ARRIGHI, 2012)

Sendo assim, serão tratados a seguir os ciclos hegemônicos, que são o ibérico-genovês, o holandês, o britânico e o estadunidense, bem como as questões individuais de expansão material, expansão financeira, crise sinalizadora e crise terminal de cada ciclo.

2.2.1 Ciclo hegemônico ibérico-genovês

O ciclo ibérico-genovês ocorreu durante a idade média, a partir de um desenvolvimento de quatro grandes cidades italianas: Florença, Gênova, Milão e Veneza. Para ter se caracterizado como genovês e não italiano, o ciclo de Gênova “moveu-se em direção à formação do mercado e a estratégias e estruturas de acumulação cada vez mais ‘flexíveis’” (ARRIGHI, 1996, p.113), enquanto as outras

idades italianas citadas focaram na “gestão do Estado e de estratégias e estruturas cada vez mais ‘rígidas’ de acumulação de capital” (ARRIGHI, 1996, p.113).

De acordo com Lobato e Amin (2015), devido à conjuntura da política externa da época, marcada pelo deterioramento do comércio eurasiático, e perante a condensação da prática comercial, Gênova precisou se desdobrar para encontrar outra forma de atuação no comércio. A solução encontrada foi formar uma parceria com a Península Ibérica. Tal escolha de parceria se deu por três motivos principais:

o primeiro foi a existência de alguma influência genovesa na região, o que permitiu que, diante da pressão externa, os negócios genoveses recuassem para essa área, considerada mais segura. O segundo fator foi o comércio: a região era de vital importância estratégica para que os genoveses pudessem ampliar seu controle sobre o ouro africano, dado que Veneza tinha, na época, maior controle sobre a Prata alemã e as especiarias asiáticas. O terceiro e último fator era a necessidade de novas parcerias capazes de assegurar aos burgueses genoveses alguma proteção. (LOBATO, AMIN, 2015, p.180).

Assim, o desenvolvimento desse ciclo, ou seja, a expansão material, se deu por meio da concessão de monopólios de comércio através da Espanha “que lhes davam o controle quase completo da oferta de prata da América em Sevilha, em troca de ouro e outras ‘moedas boas’ entregues em Antuérpia” (PEREIRA, SARDO, 2022, p.33, apud ARRIGHI, 2013, p.134). De acordo com Arrighi (1996), a guerra da independência holandesa foi essencial para que esses monopólios de comércio fossem concedidos e, conseqüentemente, o ciclo genovês ocorresse, pois enquanto a Espanha se envolvia com o conflito, Gênova transformava a prata, que era entregue na cidade de Sevilha, em ouro. Contudo, a guerra que serviu para que o ciclo existisse também acabou por desolá-lo. Arrighi (1996) analisa que o que perdurou desde 1566 até o fim da Guerra dos Trinta Anos foi justamente a alavancada dos holandeses, que através do mar, ou seja, do seu desenvolvimento no meio marítimo, começaram a punir a Espanha por meio da pirataria e da pilhagem, o que enfraqueceu o país. Esse enfraquecimento resultou em guerras e rebeliões, visto que o centro imperial havia sido danificado, que, somente “o Tratado de Vestfália, institucionalizou o equilíbrio de poder europeu emergente” (ARRIGHI, 1996, p. 136).

2.2.2 Ciclo hegemônico holandês

Assim, justamente pela vitória dos protestantes na Guerra dos Trinta Anos, houve um beneficiamento para a Holanda, principalmente na soberania do país no

comércio perante os países do norte da região (MENDES, 2020). Diferentemente de Gênova, a então potência holandesa se utilizou de outros métodos para sua acumulação de capital. De forma geral, segundo Arrighi (1996), a estratégia usada foi usar o capital excedente em algumas atividades, como a união entre a classe comercial e a Casa de Orange (então ordem dinástica do país na época), o que permitiu a autonomia do capitalismo no que tange Estado e guerra; investimento em geradores de renda, como a compra de terras e, assim, o desenvolvimento da agricultura; e o investimento em arte e cultura, que acabou por gerar a transição do renascentismo para o iluminismo.

Além de ter mantido a soberania no comércio na Europa, a potência holandesa se destacou por possuir uma frota de navios inigualável. Ou seja, segundo Lobato e Amin (2015) além de possuir o controle dos provimentos da região do Báltico, de ter punido a Espanha por meio da pirataria e da criação da Bolsa de Valores de Amsterdã, a Holanda ainda criou companhias de navegação, sendo a Companhia Unida das Índias Orientais, comumente chamada de VOC, a companhia com maior destaque. Como o próprio nome se refere, a Holanda dominou o campo marítimo por muitos anos, e, conseqüentemente, o comércio mundial. De acordo com Arrighi (1996), a Holanda se comprometeu em usar seus recursos para o comércio e não para a conquista de territórios. Contudo, isso não ocorreu totalmente, pois a VOC se utilizou da conquista de territórios para ter exclusividade no controle de especiarias e, conseqüentemente, iniciativas comerciais mais lucrativas. Complementar a isso, a VOC gerou, segundo Ravi Palat (1988), um “sistema interestatal” do Oceano Índico. Com essa informação, Arrighi (1996, p. 161) complementa que essa situação “teve um efeito adverso no regime de acumulação holandês”.

De início, Arrighi (1996) entende que o sucesso da VOC exibiu para outros Estados europeus o sucesso do poder por meios capitalistas e não por meios de expansão territorialista. Esse cenário conduziu à uma guinada na onda mercantilista, na qual Inglaterra e França se destacaram, limitando, então, a expansão holandesa. Além disso, o autor também aponta que o regime de acumulação holandês também foi afetado devido aos excedentes da VOC passarem a ser destinados em parte para a burocracia administrativa que se fez presente graças, justamente, ao sucesso da VOC. Assim, “o efeito principal dessa tendência (...) foi fortalecer a atração comparativa dos investimentos e da especulação com papéis e ações estrangeiros,

especialmente ingleses, na bolsa de valores de Amsterdam” (ARRIGHI, 1996, p. 161).

Justamente o sucesso da VOC fez com que os países competissem com a Holanda e, posteriormente, “empurrou o capital excedente holandês para o financiamento de novos competidores que fossem mais bem sucedidos” (ARRIGHI, 1996, p. 162). A crise terminal do ciclo holandês foi a participação do país na Guerra de Independência Americana que aniquilou o poder naval do país. Assim, essa derrota levou “a substituição de Amsterdã por Londres como entreposto financeiro da economia mundial europeia” (LOBATO, AMIN, 2015, p. 182, apud ARRIGHI, 1996, p. 148).

2.2.3 Ciclo hegemônico britânico

Segundo Arrighi (1996), os britânicos foram os responsáveis por findar o poder marítimo holandês após a Guerra da Independência norte-americana, por meio de retaliações, o que, conseqüentemente, refletiu em perdas no comércio das Índias Orientais. Foi somente com os Tratados de Westfália que a Grã-Bretanha se tornou hegemonia mundial e encerrou seus conflitos com a França nesse quesito (ocasionados pelas Guerras Napoleônicas). O que alavancou a Grã-Bretanha, de acordo com Lobato e Amin (2015), foi justamente investir seus recursos em se expandir maritimamente e não gastar recursos com batalhas em seu entorno. Tal expansão derivou do chamado “imperialismo de livre comércio”, que concentrou o poder mundial com a Grã-Bretanha.

Além de se ter colocado como hegemonia imperialista, o império britânico desenvolveu sua indústria de forma acelerada, o que forçou outros países a acompanharem esse desenvolvimento. Contudo, isso gerou uma crise, chamada de Grande Depressão (1873-1896), que, segundo Arrighi (1996, p. 168), definiu-se como tal pois “a produção e o comércio da Grã-Bretanha e da economia mundial como um todo haviam-se expandido e continuavam a se expandir depressa demais para que os lucros se mantivessem”. Contudo, esse fenômeno foi considerado “normal” dentro dos ciclos sistêmicos de acumulação, pois, as expansões materiais anteriores também refletiram em uma competição na economia mundial capitalista.

Tratando da economia mundial, a Grã-Bretanha foi pioneira em estabelecer um controle das formas de pagamento, bem como a criação de uma “moeda mundial”, que ficou conhecida como padrão ouro. Lobato e Amin (2015) entendem

que um fator decisivo para o começo da decaída da Grã-Bretanha foi que a “bela época” reduziu a competição que foi abordada anteriormente. Isso perdurou de 1896 até o começo da Primeira Guerra Mundial. Com a vitória na Primeira Guerra Mundial, o territorialismo britânico se expandiu mais uma vez. Entretanto, os custos do imperialismo se tornaram muito altos, ocasionando uma queda dos benefícios desse tipo de expansão.

Ademais, “a luta pelo poder na Europa elevou os custos de proteção acima de seus benefícios para a maior parte dos Estados e (...) o Reino Unido passou a perder o controle sobre o equilíbrio de poder europeu” (LOBATO, AMIN, 2015, p. 184). Ou seja, os gastos militares aumentaram e a ascensão tanto dos Estados Unidos, quanto da Alemanha, acometeram a competência britânica de estar em uma posição central na economia mundial. A crise terminal do domínio da Grã-Bretanha, contudo, foi a falência do padrão ouro em 1931 e, em consequente, os estragos no território britânico ocasionados pela Segunda Guerra Mundial.

2.2.4 Ciclo hegemônico norte-americano

De forma geral, alguns fatores contribuíram para que os Estados Unidos se tornassem a nova hegemonia mundial, como “as dimensões continentais, a posição insular e a abundância de recursos naturais e os fatores de ordem política” (LOBATO, AMIN, 2015, p. 185), além de o país não estar próximo dos combates diretos das duas guerras mundiais.

Também, a fim de contextualização, diversos acontecimentos ajudaram a alavancar os Estados Unidos. Primeiramente, Lobato e Amin (2015) descrevem o fato de que a Grã-Bretanha concentrou seus investimentos no país e, também, conseguiu empréstimos para bancar os gastos de guerra. Assim, o dólar tornou-se uma importante moeda e com um grande potencial para emergir no sistema internacional.

Contudo,

os EUA somente se tornaram hegemônicos após reinstaurar os princípios, normas e regras de Westfália, olvidados durante as duas grandes guerras do século XX. A crise econômica e social que predominou durante o Entre-Guerras e a difusão da ideologia socialista russa foram fatores que conduziram a uma escalada da tensão no continente europeu. (LOBATO, AMIN, 2015, p. 186).

Foram os conflitos concentrados no continente europeu que criaram a necessidade de uma nova ordem mundial. Devido ao desgaste das grandes potências europeias por causa dos conflitos, os Estados Unidos tinham uma vantagem. Esse caos no sistema internacional obrigou o país a desfazer o seu isolamento político, pois o país deveria aparentar “autossuficiente na manutenção de sua própria segurança. O isolacionismo norte-americano veio a ser rompido com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial” (LOBATO, AMIN, 2015, p.187).

Ademais, havia uma bipolaridade no sistema mundial, ocupada justamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética. O que ocorreu foi que o país norte-americano difundiu seus ideais, gerou um novo sistema financeiro internacional e contribuiu para o surgimento da ONU. Assim, destaca-se Bretton Woods, um sistema que equiparou o dólar ao ouro como moeda de troca e que, segundo Arrighi (1996), se difere dos sistemas monetários mundiais anteriores, pois

a produção do dinheiro mundial foi assumida por uma rede de organizações governamentais, primordialmente movidas por considerações de bem-estar, segurança e poder. (...) Assim, o dinheiro mundial tornou-se um subproduto das atividades de gestão do Estado. (ARRIGHI, 1996, p. 287).

Ao que as teorias indicam, há um período de caos sistêmico dessa hegemonia e, segundo Lobato e Amin (2015), data desde as crises do petróleo, a Guerra do Vietnã até a Crise de 2008. Além disso, de acordo com Pereira e Sardo (2022), enquanto os Estados Unidos se expandia financeiramente, o leste asiático passava por uma expansão material desde 1950 que, diferentemente das outras expansões, esta se concentrava tanto na China quanto no Japão e havia uma zona de cooperação. A diferença entre os dois países foi que o Japão se manteve submisso aos Estados Unidos e a China se manteve como um Estado soberano. Autores como Allan Greenspan, Adrian Wooldridge e Niall Ferguson afirmam que há a possibilidade de a China ser a sucessora dos Estados Unidos como hegemonia mundial, baseando-se no desenvolvimento econômico acelerado do país chinês.

1.2.5 Hegemonia regional

O presente tópico tratará agora sobre a questão de as hegemônias mundiais terem sido, também, hegemonia regional de algum país ou região. Vale-se ressaltar que os dois primeiros ciclos apresentam discussões quanto à se foram hegemônias realmente, por não terem apresentado uma liderança plena nas questões de

consenso e coerção. Assim, tratando-se de Gênova, pode-se perceber, através dos pontos já supracitados, que a cidade em questão teve uma certa influência sobre a Península Ibérica. Apesar de ter sido considerado uma parceria, é possível notar que a relação foi muito proveitosa para a cidade italiana.

Primeiramente, como já citado, a parceria se firmou tendo como um dos motivos a influência de Gênova na região e isso já fundamenta a importância da cidade estar presente na localidade. Segundamente, já que a Península Ibérica se envolveu em um conflito, o monopólio de comércio passou a ser de responsabilidade genovesa, ou seja, a cidade manteve controle da prata de Sevilha e, por isso, manteve sua influência na região. Tendo isso em vista, conceitualizando, o conceito de Mearsheimer que fundamenta os debates de hegemonia regional do teórico, o *balancing*, abrange o exemplo de Gênova, já que foi realizada uma aliança com outro Estado. Não necessariamente foi realizado para neutralizar o crescimento de outra potência, mas com certeza obteve o mesmo efeito. Ademais, a cidade-estado possuía controle de algumas localidades do Mar Mediterrâneo em sua parte oriental, que inclusive fez com que a mesma se aliasse à Espanha, pois havia uma competição com Veneza para manter essas posses.

No que diz respeito à Holanda, a hegemonia regional do país deve-se à forte frota marítima e que, diante da derrota do Império Habsburgo (que detinha a coroa espanhola e algumas posses na região da Europa Central) na Guerra dos Trinta Anos, permitiu que o país assumisse o controle do comércio dos países do norte da Europa. Além disso, é notável que, com o domínio do comércio mundial por meio das companhias de navegação, o país influenciou e monopolizou regiões como a do Oceano Índico, controlando a compra e venda de especiarias, lucrando com tal iniciativa. Mearsheimer, como já discutido anteriormente, afirma que hegemonias regionais procuram prevenir que outras potências se desenvolvam. Assim, o método holandês contou com, por exemplo, punições a Espanha, pela pirataria marítima e, de maneira geral, sua hegemonia regional só se fortaleceu com essa atitude, além de ter desempenhado uma liderança na região do Mar Báltico, de onde extraiu os suprimentos necessários para a construção de suas frotas marítimas.

Pode-se aferir que, uma das maiores expansões no continente africano foi realizada pela Grã-Bretanha, que explorou de forma exacerbada as riquezas de diversos países do continente, por meio do extenso domínio do espaço ultramarino. Assim, é notável seu controle da região, que acabou por beneficiar os britânicos de

forma acelerada e intensa, pois os mesmos, além de investirem em sua frota marítima, desenvolveram sua indústria de maneira expressa. Tendo isso em vista, entende-se que uma estratégia adotada pela Grã-Bretanha foi a de colonização e ocupação do máximo de países africanos, para deter a maior parte das riquezas e, assim, conseguir prevenir que outros países conseguissem o mesmo feito. Além disso, é interessante ressaltar que a Grã-Bretanha também evitou com que houvesse o surgimento de outra potência regional. Essa situação afere a teoria de Mearsheimer de que hegemonias regionais procuram evitar e precaver-se de outras potências aumentarem suas forças em outras regiões geográficas e, com isso, repelem competidores.

A atuação dos Estados Unidos é de que ele emergiu como grande potência a partir da Segunda Guerra e durante a Guerra Fria. Assim, o país estadunidense firma-se como hegemonia regional na América Central e no México, por meio de políticas de abertura ao exterior, da criação de blocos econômicos como a Alca (Área de livre Comércio das Américas), de acordos comerciais como o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), entre outros.

Além disso, relacionando novamente com a teoria de Mearsheimer acerca de hegemonia regional, houve a retaliação dos Estados Unidos contra Cuba, conferindo-se assim como um mecanismo para evitar que outra potência se infiltre como hegemonia na região. Isso deve-se devido a, durante a Guerra Fria, a União Soviética ter estabelecido uma base militar no país e, visto tal feito, os Estados Unidos começou a proferir represálias contra o país cubano, de forma a evitar que a União Soviética se tornasse um país com relevância na América Central.

Elencando o caso da China e relacionando-o com o possível fim do ciclo hegemônico norte-americano, entende-se que, baseando-se nos pressupostos de Mearsheimer acerca de hegemonia regional, hegemonias regionais evitam ter competidores, o maior competidor dos Estados Unidos seria a China como hegêmona no Sudeste Asiático. Assim, segundo o autor, a ascensão chinesa está relacionada à sua hegemonia regional no sudeste asiático e que, de certa forma, dependerá do afastamento dos Estados Unidos na região. A teoria de Mearsheimer não explicita detalhes de poder, que poderiam contribuir para os pressupostos. Dessa forma, faz-se necessário relacionar outra teoria: a interdependência complexa, de Joseph Nye.

2.3 JOSEPH NYE E A CONCEPÇÃO DE PODER

Keohane e Nye (2001), no livro intitulado “Power and Interdependence”, concebem algumas características pontuais sobre poder. A primeira delas é a de que os autores acreditam que poder se define como a capacidade de influência de um ator ou Estado sobre outro. Esse conceito se aplica, de acordo com Estre (2012), que ao se contrapor ao Realismo, os autores procuram desenvolver uma teoria que fugisse da pauta de que apenas as capacidades militares dos Estados definem poder. Assim, entende-se que “os recursos de poder podem ser bastante diversos, incluindo, entre outros, o apoio da opinião pública nacional ou internacional, a importância de seus aliados políticos, meios econômicos, seu peso em organizações internacionais” (ESTRE, 2012, p. 26).

De forma a se compreender essa diversidade de tipos de poderes, Keohane e Nye (2001) apontam dois conceitos: sensibilidade e vulnerabilidade. A sensibilidade refere-se “à capacidade de um ator em lidar com mudanças sem que o framework político da situação seja alterado, sem que sejam adotadas novas políticas com o intuito de amenizar o efeito negativo de tais mudanças” (ESTRE, 2012, p. 27). Já a vulnerabilidade “refere-se à disponibilidade e aos custos das alternativas políticas que os atores afetados pelas relações de interdependência possuem” (ESTRE, 2012, p. 27). Assim, com base nesses conceitos, é possível entender as complexidades da interdependência e que as negociações de forma alguma são lineares ou estáticas, não podendo, assim, se basear em apenas um tipo de poder.

À vista disso, uma das principais contribuições de Joseph Nye para a teoria das Relações Internacionais é o conceito/teoria do *soft power* (“poder suave”). Assim, o autor relaciona e aponta três tipos de poder: o *hard power* (poder coercitivo), o *soft power* (poder atraente) e o *smart power* (poder cooperativo). Nye (2004) entende que o *hard power* é o tipo de poder mais convencional e ele é baseado em formas de pressão físicas ou econômicas, como no uso da força militar, na coerção, na aplicação de sanções econômicas, entre outros. Quanto ao *soft power*, o autor aponta que é um poder baseado na persuasão e na influência, sem usar a força ou a coerção, ou seja, este tipo de poder usa de artifícios como cultura, diplomacia, políticas atrativas, entre outros. Por fim, o *smart power* é proposto por Nye como uma combinação equilibrada do *hard power* com o *soft power*, ou seja, utilizar ferramentas variadas para se atingir um resultado. Com isso, o teórico entende que os dois poderes menos convencionais (*soft* e *smart power*) são cada

vez mais essenciais no sistema internacional atual, pois a influência e a persuasão tem um papel relevante juntamente com capacidades mais comuns, como a militar e a econômica.

Com base nisso e no que foi abordado, Dall'agnol (2015) compara duas teorias. A teoria neorrealista - de Mearsheimer - entende que os únicos atores são os Estados e que eles prezam sua própria sobrevivência, tentando aumentar o seu poder e, conseqüentemente, acaba por causar conflitos com outros atores, diferentemente da teoria neoliberal - de Nye - que sugere que o sistema internacional possui diversos tipos de atores que podem ser relevantes, além de que "sustenta que o aumento dos vínculos econômicos e dos laços institucionais, aumenta as chances de cooperação e diminui as chances de conflito" (DALL'AGNOL, 2015, p. 111).

De grande contribuição, Nye (2010) ainda referência o sistema internacional atual como um xadrez tridimensional:

No topo do tabuleiro, o poder militar é fortemente unipolar, e os Estados Unidos tendem a se manter no topo por um bom tempo. No meio do tabuleiro, o poder econômico vem sendo multipolar por mais de uma década, com os Estados Unidos, Europa, Japão e China. A base do tabuleiro é a região das relações transnacionais, onde o poder é densamente difuso entre atores não-estatais, investidores, terroristas, hackers, pandemias e mudanças climáticas. (DALL'AGNOL, 2015, p.105).

Dessa forma, pode-se analisar que essas tríades de poder abordadas podem ser aplicadas diretamente na teoria de Giovanni Arrighi de ciclos hegemônicos, de forma a se explicar a ascensão chinesa e analisar, a partir da crise terminal do ciclo dos Estados Unidos (Crise de 2008), a ascensão e a queda de relevância dos dois países nas questões militares, econômicas e políticas na região do Sudeste Asiático.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Com base nesse apanhado teórico, entende-se que é necessário a utilização de mais de uma teoria, com vertentes diferentes, para conseguir explicar o fenômeno defendido de que toda hegemonia mundial teve de ser também hegemonia regional. De forma a elucidar o debate, a tabela 1, mostrada abaixo, busca fazer uma comparação entre os três principais teóricos citados: Giovanni Arrighi, Joseph Nye e John Mearsheimer.

Tabela 1 - Comparação teórica dos autores

	Giovanni Arrighi	Joseph Nye	John Mearsheimer
Uso da força (imperialismo)	Coerção	Hard Power	O poder militar é a principal ferramenta para sustentar a hegemonia
Diplomacia (hegemonia)	Consenso	Soft Power	
Fatores econômicos	Expansão material do Ciclo Sistêmico de Acumulação	Uso da sensibilidade e da vulnerabilidade	
Tipo de hegemonia	Mundial	Smart Power	Regional

Fonte: produção própria

Dessa forma, o que se entende é que os conceitos apresentados serão essenciais para explicar a atuação dos Estados Unidos e da China no Sudeste Asiático, em que ambos são potências.

3. OS ESTADOS UNIDOS E A CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO

Muito se discute sobre quem começou o conflito da Guerra Fria e não há necessariamente um consenso quanto a isso. Com o cessar da Segunda Guerra Mundial, Biagi (2007, p. 66) entende que os Estados Unidos buscou realmente substituir a influência que antes pertencia às potências europeias, priorizando a dinâmica capitalista, seu modelo político e econômico. Assim, a Guerra Fria surge não somente para conter o expansionismo comunista da URSS, mas para inibir o avanço de economias que não seguissem o modelo capitalista. Assim, entende-se o por que da inserção dos Estados Unidos na região do Sudeste Asiático.

Além da região ser uma importante rota marítima e comercial para o país, a ameaça do comunismo e de não tendências capitalistas foi essencial para que a região chamasse a atenção da então hegemonia mundial. Assim, se justificam os conflitos com a China pela influência da região, para que seus interesses sejam defendidos e priorizados, como a livre circulação e, também, para que haja domínio de um não alastramento de regimes não capitalistas.

No que tange, então, o Mar do Sul da China, região das maiores disputas entre Estados Unidos e China, é interessante apontar que

De acordo com os dados fornecidos pelo China Power, um terço do comércio mundial é dependente de suas rotas, principalmente para China, Taiwan, Japão e Coreia do Sul. Diante dos dados levantados em 2016, 64% do comércio marítimo chinês transpassa pelas rotas do MSC, além disso, países de diferentes regiões dependem, no mínimo, mais de 5% de seu transporte marítimo. (SANTOS, 2023, p. 30)

Além disso, é importante ressaltar que o presente capítulo será voltado para uma apresentação histórica da influência que os Estados Unidos e a China tiveram e têm na região do Sudeste Asiático, apresentando as projeções do poder econômico, militar e político dos países na região. Com isso, de acordo com Costa (2013, p. 47), a capacidade militar não pode ser considerada a variável mais relevante para se medir poder, pois com o Choque do Petróleo, se demonstrou “o grande poder na mão dos países que controlam não apenas recursos, mas mercados estratégicos para a economia global”. Assim, fatores econômicos e de *Soft Power*, por exemplo, emergem como sendo decisivos para disputas estratégicas e de influência de poder.

3.1 PROJEÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NO SUDESTE ASIÁTICO DURANTE A GUERRA FRIA

De forma geral, a principal influência e atuação dos Estados Unidos na região do Sudeste Asiático durante o período da Guerra Fria foi na Guerra do Vietnã, de cunho essencialmente militar. A guerra travada no Vietnã teve início em 1959, em que os Estados Unidos apoiaram guerrilheiros na região sul do país em questão, que vivia uma ditadura, e foi até 1975 (LE, 2015, apud QUINTAIS, 2019). A intervenção do país norte americano foi de, durante o período de polarização em que havia um lado capitalista e um lado socialista no sistema internacional, se apresentar com bases e comandos no Vietnã do Sul. Com a divisão do Vietnã, a região do Norte manteve seu foco em reformas, lideradas por Ho Chi Minh, e a região do Sul em uma monarquia que, em 1956, acabou por se tornar uma ditadura militar devido à um golpe de Estado proferido por Nao Dihn Diem, que foi apoiada pelo governo de John Kennedy.

Segundo Quintais (2019), a população vietnamita do sul não apoiava a ditadura instaurada, apoiando os revolucionários do norte, pois gostariam que a ditadura cessasse. Com a inserção dos Estados Unidos na guerra, pode-se entender que “foi um conflito com raízes ideológicas provenientes da Guerra Fria, que ocasionou a deterioração de um país em prol do poder de influência em uma região, além da ambição dos Estados Unidos no sentido de manter sua soberania da democracia” (QUINTAIS, 2019, p. 20). No que cerne a aspectos econômicos, o Estado americano teve um déficit maior.

No começo de 1968 estima-se que a guerra tenha provocado um prejuízo de 300 milhões de dólares ao Vietnã do Norte. Entretanto, nesse processo 700 aviões americanos no valor de 900 milhões de dólares foram abatidos. Levando em consideração os diversos aspectos dessa questão o custo dos Estados Unidos era na ordem de 10 dólares para cada 1 dólar de prejuízo ao inimigo. (BLANC, 2015, p. 48, apud QUINTAIS, 2019, p. 29).

Além disso, houve diversos protestos por parte da população norte-americana quanto à atuação do país na guerra, de forma a repudiar o desenrolar do conflito. Dessa forma, entende-se que os Estados Unidos falharam em mostrar os motivos pelos quais a guerra acontecia, não recebendo apoio público, o que serviu de lição (STEARMAN, 2010, apud, QUINTAIS, 2019, p. 35).

Assim, pode-se relacionar tal participação no conflito com o fato de que hegemonias se utilizam de conquistas de territórios para se firmarem, sendo que os

Estados Unidos, de acordo com Ferreira (2012, p. 265), foi “o país que que mais conquistou territórios na era contemporânea”.

A tendência histórica de toda sociedade em expansão, inclusive a daquela que atua dentro dos limites políticos que definem o perímetro do Estado, é incorporar novas terras e tudo o que contêm; quer dizer, acrescentar fatores de produção adicionais ao seu circuito econômico. (FIGHERA, 1994, p. 111, apud, FERREIRA, 2012, p. 265).

Também é interessante ressaltar que diversos acordos bilaterais foram realizados com o objetivo de conter o comunismo na região, que permitem que os Estados Unidos se mantenham na região até a atualidade. Um caso interessante é o com as Filipinas durante a Guerra Fria devido a ter sido feito, de acordo com Santos (2023, p.33), “um grande investimento em armamentos para o governo filipino por parte dos Estados Unidos para promover a segurança interna do país”.

No que tange ao poder econômico e também político, Ferreira (2012) ainda complementa que o país norte-americano observava no Vietnã uma oportunidade de se apoderar de recursos naturais e por ser uma região estratégica na Indochina para o poder do país ser alastrado. Além disso, havia a oportunidade, com o conflito, de se testar armamentos e, com isso, conseguir mostrar ao sistema internacional sua capacidade bélica e sua capacidade de dominação sobre outros países e assim se firmar e reafirmar como hegemonia diante do sistema internacional.

Costa (2013) afirma que, com o final da Guerra do Vietnã, a região do Sudeste Asiático, que antes era regida por uma ordem bipolar, tornou-se multipolar. Os países responsáveis por essa nova ordem foram Estados Unidos, China, Japão e União Soviética, sendo as duas superpotências estando em evidência na projeção de poder na região. Além disso, o autor entende que os Estados Unidos permitiram essa nova ordem para que seus custos de desenvolvimento e segurança na região fossem divididos.

Entretanto, esse impulso norte-americano, inicialmente, gera uma multipolaridade que visa a dividir os custos, mas não necessariamente o poder (os benefícios). Porém, a divisão dos custos de manutenção da ordem com o passar do tempo legitima outros atores a pleitear a divisão de poder e a requisição de expansão de suas zonas de influência. (COSTA, 2013, p. 50).

Outro fator de influência dos Estados Unidos é que na busca por hegemonia, o país começou a se utilizar de, conforme Posen (2003, p. 8, apud, JUNG, FILHO, BORGES, 2017, p. 48), “áreas que não pertencem a nenhum Estado e que proveem

acesso a grande parte do globo”, se inserindo também por meio do poder político. Com isso, eles acabam por “negar o uso dessas áreas para outros Estados, uma vez que a preponderância militar norte-americana seria superior a dos demais atores” (POSEN, 2003, apud, JUNG, FILHO, BORGES, 2017, p. 48). Assim, o Mar do Sul da China começou a ser disputado.

Os Estados Unidos buscaram tornar mais intensas suas operações de navegação. Santos (2023) entende que, por causa das revoluções comunistas que ocorriam na região do Leste e Sudeste Asiático, o governo estadunidense tentou se inserir na região por meio de operações militares de forma a afirmar sua influência na região, mantendo mais uma vez sua superioridade no poder militar.

O governo americano busca estabelecer sua influência na região marítima por meio de um sistema de alianças e parcerias regionais, o qual é baseado nos princípios do direito internacional como “soberania nacional, livre intervenção, livre navegação marítima e operações militares pelo pacífico”. (HERITAGE, LEE, 2020, apud, SANTOS, 2023, p. 32).

Com isso, essas alianças e parcerias regionais permitiram aos Estados Unidos continuarem com sua superioridade militar e de segurança na região. Ademais, “os Estados Unidos buscam dar suporte aos Estados que estão dispostos a defender suas demandas com base nas regras estabelecidas pela ASEAN e pelo princípio de liberdade de navegação (...)” (SANTOS, 2023, p. 33).

Totalmente ligado ao poder político, os Estados Unidos apoiaram fundação da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) em 1967, em que os países pertencentes conseguiram garantir um “maior poder de barganha e de controle sobre suas próprias políticas dentro de uma balança de poder, seja ela bipolar ou multipolar, para que seus interesses sejam resguardados e seus objetivos alcançados” (COSTA, 2013, p. 50). Contudo, em 1969, foi apresentada a Doutrina Nixon por parte do governo estadunidense. Pode-se dizer que essa doutrina foi impactante, por parecer que o país iria se retirar da região, mas não foi o que aconteceu. O país ainda se manteve na localidade, principalmente por meio de uma presença econômica e deixando ainda suas forças armadas, porém em menor proporção, “por possuírem interesses na população, nos recursos naturais e na geografia do local” (COSTA, 2013, p. 51), além de reafirmar seu *Soft Power*. De forma geral, o que a Doutrina Nixon propôs foi que

a) Os EUA irão manter todos os seus comprometimentos em termos de tratados na região, b) O uso do guarda-chuva nuclear para garantir a

existência de um aliado ou Estado importante para a segurança ou estabilidade regional será mantido e c) em caso de outros tipos de ameaças, os EUA proverão suporte militar e econômico, mas alertam que o esforço principal para garantir a segurança deverá vir dos homens e investimentos do próprio país agredido. (COSTA, 2013, p. 50-51).

Em vista disso, consegue-se observar que as relações dos Estados Unidos na época em questão são baseadas principalmente em sua capacidade militar e política, focando em conter justamente a expansão do comunismo por parte da China e priorizar sua própria fase de expansão hegemônica.

3.2 PROJEÇÃO DA CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO DURANTE A GUERRA FRIA

Quanto a atuação da China no Sudeste Asiático durante a Guerra Fria, entende-se que, de acordo com Hendler e Nogueira (2016), o país chinês entendia que por ser afastado das grandes potências da época, no caso Estados Unidos e URSS, poderia estar perdendo sua oportunidade de influência para com os países da região do Sudeste Asiático. Contudo, esses países tinham relações rompidas com a China devido ao regime comunista do país.

A abertura econômica chinesa, em fins dos anos 1970, e o reatamento de relações comerciais com os países do SE Asiático, nos anos 1980, foram o prelúdio para o processo de normalização das relações diplomáticas com a região, nos anos 1990 – inclusive com o Vietnã, que travara uma guerra de fronteira com a China em 1978. A partir de então, a política externa chinesa para seus vizinhos do SE Asiático passou da desconfiança para a aproximação e a cooperação pragmática, ainda que desentendimentos continuassem latentes. (HENDLER, NOGUEIRA, 2016, p. 206).

Em torno do poder político, Becker (2015) entende que um dos principais motivos para que o Estado chinês empreendesse esforços durante a Guerra Fria na Guerra do Vietnã, por exemplo, era justamente pelo fato de que o Vietnã do Norte servia como uma proteção de invasão dos Estados Unidos por meio de fronteiras terrestres através do Vietnã do Sul. Além disso, confere-se que a presença dos Estados Unidos na região era entendida como uma maneira imperialista, de forma que o país poderia estabelecer colônias e, com isso, expandir ainda mais a sua presença militar no globo terrestre. Tendo isso em vista, pode-se compreender que, diferentemente dos Estados Unidos, que na época previa uma era de expansionismo, a China buscava se proteger de possíveis malefícios e não entendia como necessária uma dominação de outras regiões. Em verdade, os discursos de Mao Tse Tung eram, de acordo com a autora, proferidos no sentido de incentivar países periféricos a se tornarem independentes, servindo o modelo chinês de

exemplo para movimentos ao redor do mundo. Ou seja, a política externa, era focada em descredibilizar o imperialismo e em cooperar com a URSS.

Assim, o governo chinês promoveu abertamente a prestação de ajuda a todos os países do Sudeste Asiático que lutavam contra o imperialismo norte-americano e considerou o seu apoio ao Vietnã do Norte como um dever, a fim de levar a cabo uma revolução socialista em toda a Ásia que seria seguida pela revolução socialista mundial.⁷ (BECKER, 2015, p. 49, tradução nossa).

Contudo, é importante ressaltar que, com a morte de Stalin, as relações da China com a URSS foram modificadas, principalmente no que tange ao movimento comunista. A China decidiu ser mais independente quanto à forma de proliferação do comunismo e, assim, a atuação do país em prol do Vietnã do Norte passou a ter outro objetivo, corroborando para o destaque chinês no conflito polarizado. Assim, “apoiar o Vietnã do Norte na guerra permitiria à China ganhar mais influência dentro do bloco comunista, separar-se da União Soviética e restringir a crescente influência soviética no Vietnã”⁸ (BECKER, 2015, p. 50, tradução nossa). Dessa forma, o Estado chinês passou a apoiar o processo de modernização vietnamita do norte por meio do envio de especialistas militares e econômicos.

Apesar de haver tentativas quanto a uma unificação pacífica por parte da China, em um breve período de tempo essa estratégia se alterou, devido a Mao Tse Tung entender que “a luta contra o imperialismo seria mais eficaz do que negociações pacíficas” (BECKER, 2015, p. 52). Dessa maneira, o poder militar se faz presente, pois foram injetadas maiores quantidades de investimentos militares no conflito, de forma que sempre se evitasse a expansão do conflito até o território chinês, priorizando sempre os próprios interesses nacionais da China. Apesar do apoio do Estado chinês no Acordo de Paris para que houvesse o cessar do conflito, houveram discordâncias quanto às condições de unificação do país vietnamita, que culminaram em um novo conflito: a Guerra Sino-Vietnamita de 1979.

De maneira geral, este conflito teve uma curta duração, sendo considerada uma guerra limitada e teve como motivação a questão de fronteiras, “que pôs em

⁷ Texto original: Therefore, the Chinese government openly promoted the provision of aid to all Southeast Asian people who were struggling against US imperialism and viewed their support of North Vietnam as a duty in order to carry out an Asia-wide socialist revolution that would be followed by the worldwide socialist revolution.

⁸ Texto original: Supporting North Vietnam in their war would allow China to gain more influence within the communist bloc, to separate itself from the Soviet Union and to restrict the growing Soviet influence in Vietnam.

questão a hegemonia geopolítica chinesa no Sudeste Asiático, e demonstrou a fragilidade de seu imenso exército” (MONTESSORO, 2004, apud, DARÓZ, 2020, p. 122). Devido a uma aproximação entre Vietnã e URSS e um afastamento da China quanto aos dois, havia uma ameaça que preocupava o Estado chinês. Assim, o país entendeu que seria necessária uma “expedição punitiva”.

Ele calculou que, desde que seus objetivos militares fossem limitados e modestos, os soviéticos não iriam deslocar forças militares substanciais para a região, na época comprometidas com a defesa da Europa Oriental, integradas ao Pacto de Varsóvia. Uma guerra curta também limitaria o custo, sendo suficiente para ensinar ao Vietnã a “lição” necessária. (DARÓZ, 2020, p. 124).

De acordo com Daróz (2020), o Vietnã do Norte tentou se manter neutro no conflito. Entretanto, a posição chinesa acabou por desagradar o país.

A reivindicação de um papel de potência regional pelo Vietnã foi considerada inaceitável pela China e, em resposta, a liderança de Hanói buscou uma progressiva aproximação com a URSS, que culminou com a assinatura de um tratado de amizade e cooperação em novembro de 1978. (MONTESSORO, 2004, apud, DARÓZ, 2020, p. 126).

O conflito em si foi incitado por aspectos políticos chineses. Houve apoios vindos das minorias étnicas que habitavam a região fronteira para com a China. Com a abertura comercial chinesa para com o Ocidente, a posição entre o país e a URSS tornou-se incitadora.

A razão alegada para o ataque chinês contra o Vietnã foi a necessidade de apoiar o Khmer Vermelho do Camboja, aliado da China; os maus tratos impostos à minoria étnica chinesa pelo governo do Vietnã; além da ocupação vietnamita das Ilhas Spratly, reivindicadas por Beijing. (DARÓZ, 2020, p. 128).

Deste modo, foram alegadas violações de território vietnamitas causadas pela China. As batalhas tiveram apoio limitado, não sendo utilizados recursos como a marinha e a força aérea, além de que os soviéticos se recusaram a intervir na guerra, provocando um sentimento de desconfiança nos vietnamitas. Com isso, o controle chinês foi feito por meio do uso de tropas militares. Apesar disso, a guerra foi considerada inconclusa e Daróz (2020) afirma que a China se retirou do conflito antes de atingir seus objetivos, pois sua punição havia sido contemplada. Porém, durante a retirada das tropas “o ELP destruiu toda a infraestrutura e numerosas moradias locais, e roubou os equipamentos e recursos úteis, inclusive o gado, (...)”

enfraquecendo severamente a economia das províncias mais setentrionais do Vietnã” (DARÓZ, 2020, p 136).

À vista disso, consegue-se perceber uma mudança de comportamento chinês, no que tange a ter características e atitudes coercitivas para com países considerados mais vulneráveis e de fácil exploração, impedindo que se houvesse uma expansão soviético-vietnamita, ou seja, impedindo-se que se tivessem competidores por hegemonia na região e permitindo a expansão chinesa no sudeste asiático.

A última guerra da China, hoje uma potência mundial de primeira linha e em franco processo de crescimento na geopolítica mundial, terminou sem um vencedor claramente definido e com resultados militares questionáveis, mas abriu o caminho para uma desafiadora transição entre os séculos XX e XXI, quando a China se apresenta como protagonista no cenário mundial. (DARÓZ, 2020, p.142).

Outrossim, foi durante o período da Guerra Fria que começaram as disputas no Mar do Sul da China. De acordo com Santos (2017), por se tratar de uma rota estratégica de abastecimento, questões de segurança enfrentadas na época, como ameaças militares, fizeram com que a região fosse cobiçada e com que na atualidade seja cada vez mais agravada a sua disputa. Com isso, é possível entender que houve uma mudança de atuação da China, focando em seus objetivos de expansão.

3.3 PROJEÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NO SUDESTE ASIÁTICO PÓS GUERRA FRIA

Com o final da Guerra Fria, Costa (2013) alega que, com a nova ordem multipolar no Sudeste Asiático, houve um maior equilíbrio na região. Contudo, com a ocupação de alguns espaços pela China e Japão que antes eram pertencentes aos Estados Unidos, o governo estadunidense entende que deveria dispor de novas maneiras de projetar seu poder, sendo estas ainda muito focadas no poder militar.

Assim como no período da Guerra Fria, em que os Estados Unidos entendia que o poder marítimo era essencial para aprimorar objetivos como “a estabilidade, o comércio e o acesso aos investimentos e aos mercados” (COSTA, 2013, p. 62), o pós Guerra Fria continuou a resguardá-los. Além disso, em alguns casos a democracia também foi adicionada como um objetivo.

Ao conectar democracia e comércio à segurança será perseguida a propagação material e ideológica das preferências norte-americanas sobre esses sistemas para que se crie um sistema internacional mais estável nos moldes liberais, reduzindo as ameaças para os Estados Unidos. (COSTA, 2013, p. 63).

Vale-se ressaltar que, como a ordem mundial antes estava dividida em dois polos, com o final dessa conjuntura, os Estados Unidos se detectaram sem rivais. Com base nisso, é interessante lembrar a ideia de interdependência de Joseph Nye, que prevê camadas de relações entre os Estados, sendo estas baseadas no poder militar, no poder econômico e nas relações transnacionais, “sendo que essa última camada representa justamente uma realidade de fragmentação de ameaças” (COSTA, 2013, p. 64). Com isso, sem ameaças significativas, como a URSS tinha sido, o país norte americano teve de se desdobrar para que sua liderança ainda fosse efetiva. Por essa razão, “a intervenção dos EUA em uma região não mais será guiada pela lógica de conflito global, mas sim pela de interesses específicos no local” (COSTA, 2013, p. 64).

Por ser uma era unipolar, entende-se que a balança de projeção de poder se relaciona diretamente com a balança de poder regional, pois “normalmente as potências capazes de atuar na primeira terão alguma relevância mesmo que em segundo plano em determinada balança regional, como é o caso dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico” (COSTA, 2013, p. 65). Pela lógica liberal adotada pelos estadunidenses e tendo em vista os altos custos de manutenção de alianças, intervenções diretas e o empenho para manter o equilíbrio da balança de poder, “um crescimento econômico da China é positivo para a economia global, forçando o país a se ajustar aos princípios e valores globais” (COSTA, 2013, p. 65). Esses valores e princípios liberais foram defendidos pelo governo de George H. W. Bush, que foi presidente entre 1989 e 1993.

Costa (2013) também aborda que, com o maior foco deste governo no Oriente Médio, a região do Sudeste Asiático não era uma prioridade, e, com isso, o país se apoia na APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), para conservar seus interesses econômicos e, de certa forma, projetar seu poder econômico. Contudo, alguns países tinham receio do país devido a atuação do mesmo na região durante o período da Guerra Fria. Dessa forma,

países como a Indonésia, Malásia e China que possuem maiores pretensões de expandir sua influência na região são contrários à presença dessa potência externa na região, enquanto Brunei, Singapura e alguns

outros membros da ASEAN são mais favoráveis à presença do país na região por acreditarem nos benefícios estabilizadores que sua presença traz. (COSTA, 2013, p. 68).

Com o mandato de Bill Clinton, que teve duração de 1993 até 2001, o objetivo foi melhorar a figura do poder estadunidense, ou seja, melhorar seu poder político/de soft power. Para isso, a Doutrina Clinton foi criada para a “conciliação entre o interesse particular da nação e o universal ao buscar a legitimidade” (COSTA, 2013, p. 70). No Sudeste Asiático, essa doutrina foi aplicada por meio de dar maior importância às instituições da região e da maior relevância da construção de acordos bilaterais, pois assim os Estados não se vinculariam entre si, diferentemente de algumas estratégias multilaterais adotadas pelo país em outras realidades. A adaptação de projeção de poder dos Estados Unidos é bem sucedida nesse governo, mas não em entender a capacidade da China de influência na região abordada. Tendo isso em vista,

A balança de poder regional na Ásia-Pacífico ao final do governo Clinton pode ser considerada como uma balança de poder regional desequilibrada por haver a emergência de uma potência potencial que não poderia ser rivalizada nem pelo Japão e nem pela Rússia, em parte devido às suas capacidades atuais que mesmo sendo consideráveis, não englobam a união das capacidades necessária para fazer frente à China. (COSTA, 2013, p. 72).

Com a Crise de 2008, de acordo com Pautasso e Cepik (2022, p. 46), os Estados Unidos iniciaram, a partir do governo de Obama, “um redirecionamento das prioridades estratégicas para a Ásia, aprofundada por Trump, inclusive ao nomear, em 2017, explicitamente a China como ‘competidor estratégico’”. Com isso, revisa-se que foram feitos alguns documentos sobre as ações na região. Segundo Pautasso e Cepik (2022), um deles foi um relatório feito pelo Departamento de Defesa e nele consta que haveria a defesa de parceiros da região, de forma a expressar que os Estados da região têm direitos, mas que essa parceria seria também útil para manter a região livre para navegação. Além disso, a China foi registrada como uma potência que teria como objetivo coagir “outras nações em proveito da sua modernização militar e projeção econômica predatória” (PAUTASSO, CEPIK, 2022, p. 46). Outro documento foi chamado de Perspectiva da ASEAN no Indo-Pacífico, que apela para que a região não seja de conflitos e sim de cooperação. Ou seja, ao agir de tal maneira, o poder político é aprimorado.

Não somente, em 2019, por exemplo “foram realizados aproximadamente 85 exercícios militares dos Estados Unidos na região Indo-Pacífica, como forma de reprimir a ascensão militar chinesa no Sudeste Asiático” (HUANG, 2019, apud, JÚNIOR, GODINHO, 2019, p. 815). Além disso, manifesta-se que a presença militar do país estadunidense influencia diretamente as ações chinesas quanto a práticas militares, no sentido de a China se equipar para defender-se dos Estados Unidos caso seja preciso.

Quanto ao Mar do Sul da China, os Estados Unidos buscam justamente impedir a expansão chinesa enquanto ainda mantém sua influência na região. Assim, as principais estratégias utilizadas são: “a) reiterar as relações políticas entre os países do sudeste asiático e b) defesa do princípio de liberdade de navegação” (SANTOS, 2023, p. 32), novamente se apoiando em uma expansão de seu soft power.

Ainda que seja notório a projeção militar no MSCh e as estratégias de dissuasão, a China se mantém cautelosa devido à presença norte-americana na região. Dessa forma, os Estados Unidos fornecem um equilíbrio na balança de poder no Sudeste Asiático e um reduz a escalada de um conflito militar. (JÚNIOR, GODINHO, 2019, p. 817).

Assim, conclui-se que, no pós Guerra Fria, os Estados Unidos tiveram alguns objetivos na região que se diferenciam do período anterior, justamente por não haver mais uma ordem bipolar. Assim, interesses específicos foram priorizados, como a defesa de livre navegação, a realização de acordos bilaterais, melhorar sua imagem na região por meio do apoio das instituições ali presentes, investindo em seu poder político, além de, obviamente, reprimir a presença chinesa tanto militar quanto econômica, por meio de presença de testes e armamentos militares e também dos já citados acordos bilaterais com os países da região.

3.4 PROJEÇÃO DA CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO PÓS GUERRA FRIA

O pós Guerra Fria da China se caracteriza por, de acordo com Nogueira e Hendler (2016, p. 206), o país perder “parte do poder de barganha junto aos EUA e tornou-se o alvo principal das críticas e sanções do Ocidente por violações de direitos humanos, uma vez que a contenção da URSS não era mais necessária”. Contudo, o Oriente não concordou com tal atitude, o que permitiu que a China buscasse, no início dos anos 1990, “a normalização das relações diplomáticas com boa parte dos países do SE Asiático” (NOGUEIRA, HENDLER, 2016, p. 207).

Ao final dos anos 1990, a China começou a aplicar com mais clareza seu poder de soft power, com a procura de diálogos e negociações. No aspecto econômico, a China procurou auxiliar os países da região do Sudeste Asiático quando se instaurou a crise financeira de 1997.

Ao contrário do FMI, o país forneceu pacotes de auxílio financeiro sem exigir contrapartidas políticas ou condicionalidades econômicas, além de resistir à desvalorização de sua moeda para incentivar as exportações dos países da região. (ACHARYA, 2008, p. 3; KHAN, 2012, p. 98, apud, NOGUEIRA, HENDLER, 2016, p. 207).

Também é interessante ressaltar que Nogueira e Hendler (2016, p. 207) entendem que atitudes como encontrar maneiras de proteger países asiáticos de ataques especulativos, por meio de “não apenas trocar informações sobre fluxos de capitais e monitorar possíveis abalos financeiros, mas estabelecer arranjos regionais que complementassem os instrumentos multilaterais existentes e evitassem novos choques sistêmicos”. Com isso, também se conseguiria uma certa autonomia com essa cooperação regional, evitando interferências de instituições e potências ocidentais.

Além disso, a diplomacia bilateral do país foi efetiva, ou seja, seu poder político.

A maior parte dos litígios de fronteiras terrestres foi resolvida (especialmente com Laos e Vietnã), exercícios militares conjuntos com Tailândia e Cingapura tiveram lugar, a cooperação com os países da Bacia do Rio Mekong se fortaleceu e o SE Asiático passou a receber visitas sucessivas de diplomatas, acadêmicos e militares chineses. (NOGUEIRA, HENDLER, 2016, p. 209).

Alguns símbolos de um poder político assertivo merecem destaque. O primeiro deles é o Banco de Infraestrutura e Investimento da Ásia, que vai ter foco em “financiar a expansão dos investimentos chineses na região, sobretudo para ampliar a capacidade produtiva e a conectividade regional” (NOGUEIRA, HENDLER, 2016, p. 212). O segundo deles é que será abordado posteriormente é a Nova Rota da Seda. Contudo, “a resposta dos países do SE Asiático à assertividade chinesa nas esferas comercial, financeira e político-militar tem sido um misto de desconfiança com tentativas de aproveitamento da onda de liquidez aberta” (NOGUEIRA, HENDLER, 2016, p. 2012).

No que tange o poder econômico, Llandres Cuesta (2020) afirma que as relações apenas evoluíram, principalmente por causa do acordo multilateral de

cooperação econômica entre China e Asean (ACFTA), assinado em 2002. Com uma forte parceria, principalmente no que tange importações e exportações. Essa relação, que entrou em vigor em 2010, tirou, a partir de 2012, o déficit comercial da China com a ASEAN e evidenciou alguns fatores, como o

desafio competitivo que a indústria chinesa representa para a periferia asiática, sobretudo quando começa a se afastar da posição de “chão de fábrica” das manufaturas globais para se tornar também promotora de uma indústria com marcas próprias e mais agregação de valor em toda cadeia. (NOGUEIRA, HENDLER, 2016, p. 212).

Um investimento que está sendo vital para a China e de grande investimento é a chamada Nova Rota da Seda. De maneira geral, ela

pretende reestabelecer as antigas rotas terrestres e marítimas da China. Trata-se de um conjunto ambicioso de portos, ferrovias, rodovias, grandes unidades de geração de energia e planos de urbanização ao longo de rotas que são comercial e estrategicamente relevantes para o entorno chinês. (NOGUEIRA, HENDLER, 2016, p. 212).

A Nova Rota da Seda propõe a integração eurasiática, inserindo a China globalmente com tal assertividade, como sendo “a etapa regional do projeto chinês de globalização” (PAUTASSO, 2018, p. 86). Pode-se pensar esse projeto como uma possível versão do Plano Marshall, implementado pelos Estados Unidos no pós Segunda Guerra Mundial, porém inserido em outras circunstâncias, sendo um programa igualmente de injeção de liquidez. Além de envolver China e Rússia, duas potências, “esta iniciativa de Beijing envolve cerca de 65 países que representam coletivamente mais de 30% do PIB global, 62% da população e 75% das reservas de energia conhecidas, conforme o Banco Mundial” (PAUTASSO, 2018, p. 93).

A integração da China por meio desse projeto é distinta da lógica neoliberal, seguindo alguns objetivos próprios chineses, como

criar demanda para a supercapacidade ociosa da indústria nacional, (...) ampliar a segurança em recursos naturais e alimentares, sobretudo energéticos, evitando o eventual estrangulamento em estreitos, (...) impulsionar a internacionalização das empresas chinesas e a exportação de serviços (de engenharia, especialmente), (...) fortalecer o comércio regional e o papel gravitacional da China, recriando o sistema sinocêntrico, (...) estabilizar e securitizar a partir do desenvolvimento e da integração regionais e (...) fomentar a conversibilidade ao remimbi (RMB) tornando a moeda chinesa reserva de valor e meio de comércio corrente. (PAUTASSO, 2018, p. 93).

Tendo isso em vista, Pautasso (2018, p. 94) entende que a China aplicou estratégias de política externa (poder político) com essas obras de infraestrutura e “desenvolveu capacidades para lidar com países vulneráveis e instáveis, vendo oportunidades onde outras potências prescreviam soluções institucionais descoladas da realidade de países periféricos”.

A ideia subjacente a uma cooperação “ganha-ganha” projeta soft power, mas também disponibiliza oportunidades para países signatários ou não da BRI. A extensa rede de canais de financiamento serve a diferentes propósitos, entre eles pavimentar o caminho para uma maior presença de investidores chineses, tanto de natureza privada quanto pública. (MENDONÇA, FILHO, OLIVEIRA, 2021, p. 33).

Figura 3 - Mapa ilustrativo da Rota da Seda



Fonte: (BBC, 2023)

Com base na figura 3, pode-se observar que o Mar do Sul está diretamente ligado à Nova Rota da Seda. A região é uma das partes de rota marítima almejadas no plano da iniciativa e, de acordo com os chineses, a região é pertencente a eles com base em fatores históricos. De acordo com Santos (2023), o investimento feito pelo Estado chinês abrange a melhoria da infraestrutura em geral, que pode ser benéfico para os países da ASEAN no que diz respeito ao crescimento econômico e

a atração de investimentos. Com isso, há uma abertura política maior por parte dos países do Sudeste Asiático que têm acesso direto ao Mar do Sul da China e uma repulsa de outras potências globais à essa expansão chinesa.

Diante dos interesses de EUA de promover a liberdade de navegação em prol das regras impostas pela UNCLOS o governo americano busca defender seus aliados regionais do expansionismo chinês. Em contraste, a China não apoia essa presença estadunidense regional, pois afirma que essas questões não devem ser tratadas por países externos, pois prejudica as relações entre si e desafia a ordem política regional. (SANTOS, 2023, p. 48).

Com este mesmo raciocínio, Nogueira e Hendler (2016) entendem que

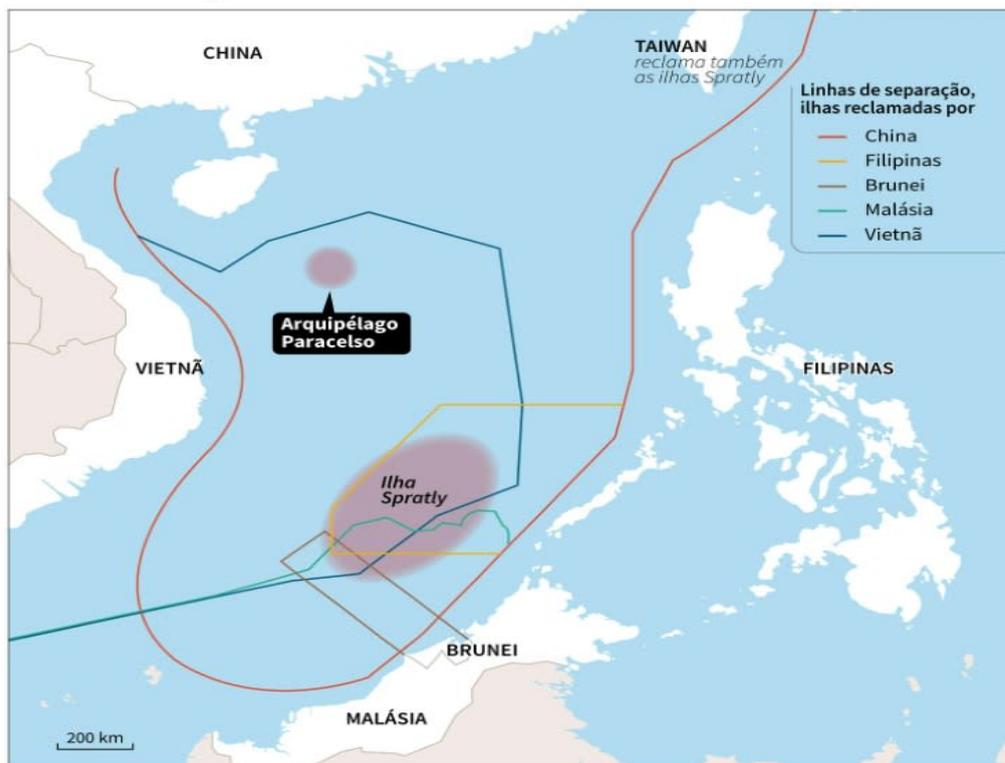
a rota da seda marítima em torno do SE Asiático tem, claramente, objetivos geopolíticos. Ela busca facilitar a influência chinesa sobre o Mar do Sul da China, além de criar alternativas e controle indireto sobre rotas já bastante utilizadas e geopoliticamente vulneráveis para os chineses, como o estreito de Malaca, por onde passa cerca de 50% do comércio marítimo mundial. (NOGUEIRA, HENDLER, 2016, p. 212).

Além da Nova Rota da Seda, o Mar do Sul da China também é alvo de disputas por parte da China por outros motivos, sendo que nele já foram expressados o poder militar do país. Em primeiro lugar, é importante destacar a disputa das ilhas Paracels e Spratlys, em que diversos países estão envolvidos, como Vietnã, Filipinas, Brunei e Malásia. De acordo com Santos (2023), a China é muito assertiva quanto a região e procura resolver as desavenças, mas os países da região sentem uma agressividade. Devido a isso, diversos deles se alinham aos Estados Unidos, por causa do conceito de “Operações de Liberdade de Navegação”, “que também investem em alianças regionais, no intuito de contrabalancear a possível liderança chinesa” (JÚNIOR, GODINHO, 2019, p. 815). Contudo, não há consenso quanto ao assunto.

Apesar das invasões ao território feito pela China nos últimos anos, o autor Zhang (2016) alega que não pode-se negar o direito de Pequim de usufruir do espaço por ter legitimidade para realizar suas operações visto que possui soberania e demanda assim como os outros países, além disso ele questiona a ideia de “liberdade marítima” afirmando que não há um limite específico para delimitar quando o Estado pode usar sua liberdade dentro do Mar do Sul da China. (ZHANG, 2016, apud, SANTOS, 2023, p. 41)

Figura 4 - Zonas marítimas em disputa no Mar do Sul da China

As ilhas disputadas no Mar da China Meridional



Fontes: D.Rosenberg, MiddleburyCollege, HarvardAsiaQuarterly, governo filipino, Segurança Marítima chinesa, CSIS, AMTI

AFP

Fonte: (OPEU, 2021)

As disputas pelas ilhas e a maior insatisfação dos países do Sudeste Asiático quanto à China é o fator de construção de ilhas artificiais nos arquipélagos de Spratly e Paracel. Um exemplo de insatisfação e um dos principais é o das Filipinas, pois essas ilhas artificiais se encontram dentro de sua Zona Econômica Exclusiva e que, como aborda Júnior e Godinho (2019, p. 812), “de acordo com o artigo 60 da UNCLOS (1982), os Estados possuem plenos direitos para a construção de ilhas, desde que estejam dentro da ZEE”. Tal situação foi levada pelo país filipino até o Tribunal de Haia em 2013, mas a China continua não considerando as acusações e alegando que tais desavenças devem ser resolvidas bilateralmente. Desse modo, “os chineses não reconhecem as decisões e seguem a instaurar instalações militares próximas aos arquipélagos, acompanhadas de operações militares e exercícios navais como forma de dissuasão” (SANTORO, 2016, apud, JÚNIOR, GODINHO, 2019, p. 813).

Não obstante, a resolução “bilateral” desse conflito por parte da China é baseada no Código de Conduta (COC) sobre as Partes Envolvidas no Mar do Sul,

que abrange os membros da ASEAN e a China. Contudo, uma das diretrizes desse documento é justamente o não uso da força. Com base nisso, entende-se uma contradição chinesa, pois seu principal foco “é a projeção de poder naval mediante às estratégias de antiacesso e negação do mar” (PANDA, 2020, apud, JÚNIOR, GODINHO, 2019, p. 814), além de “aplicar um poderio naval o suficiente a fim de exercer uma pressão externa, ao ponto que os Estados poderiam abandonar as disputas e os direitos marítimos” (POLING, 2020, apud, JÚNIOR, GODINHO, 2019, p. 814), de forma que o país chinês consiga, com essa demonstração de poder, que os países da região desistam de retaliar, justamente por terem um poder militar inferior.

Com base nisso, a ideia de Mearsheimer (1995, apud, SANTOS, 2023, p. 42) é a de que as potências são quem delimitam as instituições para manter seu status quo internacionalmente. Assim,

as ações adotadas pelo governo chinês para “burlar” as normas estabelecidas sobre o direito internacional marítimo e os acordos realizados com o sudeste asiático sobre o MSC podem ser explicadas pela visão de Mearsheimer sobre a dificuldade de cooperação e o seguimento das normas institucionais construídas pelas potências, pois o governo chinês sempre buscou maximizar seus ganhos na disputa em questão demandando todo o território, por outro lado, Japão, Filipinas, Vietnã, Malásia, Indonésia, Singapura e Taiwan buscam negociar por meio da divisão territorial, logo há uma maior dificuldade de resolução por meio da cooperação. (MEARSHEIMER, 1995, apud, SANTOS, 2013, p. 43).

Em conclusão, entende-se que a China utiliza-se da coerção na região do Sudeste Asiático, mesmo que esta seja mascarada por discursos que afirmam certa legitimidade, como os do Mar do Sul da China. Além disso, a Nova Rota da Seda é uma forma de expansionismo, podendo-se considerar até uma certa barganha: realizar investimentos em infraestrutura por exemplo em troca de espaço/relevância, atingindo assim alguns objetivos de política externa por meio de um “soft power”. Quanto à relação com os Estados Unidos, a China reafirmou diversas vezes ser contrária às decisões tomadas pelo Ocidente, pois, para o país, as questões são regionais e não cabe interferência de atores externos, se apoiando novamente na assertividade de seu poder político.

A China adota conduta que, por um lado, procura evitar ou adiar a rivalidade e a disputa hegemônica com os Estados Unidos, mas, por outro lado, reafirma suas iniciativas bilaterais e multilaterais, regional e globalmente, reiterando que não se deixará coagir pelos Estados Unidos. (PAUTASSO, CEPIK, 2022, p. 47).

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Com base no que foi exposto, a partir dos eixos econômico, militar e político e em se tratando de meios de atração e coação, durante a Guerra Fria, percebe-se uma posição de coação (hard power) por parte dos Estados Unidos e uma posição de atração (soft power) por parte da China. Tal ideia se deve pelos princípios de que, durante a Guerra do Vietnã, os Estados Unidos utilizou-se mais do uso da força e de intervenção, mesmo que as populações tanto do Vietnã do Sul quanto estadunidense fossem contrárias. Para além disso, foi citado também sobre o Vietnã apresentar recursos naturais que poderiam ser explorados pelo governo estadunidense, expandindo ainda mais seu poder/território. No que diz respeito à China, sua abordagem, ao menos na Guerra do Vietnã, é mais uma estratégia de proteção, ou seja, adentrar na guerra para que os Estados Unidos não tivessem a possibilidade de invadir a China por meio das fronteiras terrestres. Com o conflito Sino-Vietnamita, já se observa uma atitude diferente, de maior uso do hard power chinês, de uso da força e extorsão.

De maneira geral, a China adota uma postura em que se utiliza mais do smart power e os Estados Unidos do soft power. Como dito anteriormente, os Estados Unidos procura defender uma perspectiva de relações diplomáticas bilaterais, de proteção do livre acesso e uso de navegação, mesmo que fossem para alcançar objetivos próprios. Além disso, sua presença militar se fez mais presente para conter uma possível ameaça chinesa e mostrar seu poderio para repelir possíveis ataques na região e aos países que pertencem à ela. Já a China apresenta boas relações econômicas oriundas de acordos multilaterais, mas também faz-se necessário apresentar pontos como a expansão no Mar do Sul da China por parte do governo chinês, que invalida resoluções ocidentais e aplica o uso da força na região para manter sua influência e dominação. Assim, as formas de utilização de poder se diferem.

Com base nessa análise, pode-se basear em Pautasso e Cepik (2022, p. 68), quando os autores entendem que é possível que “a projeção de poder atualmente realizada pelos Estados Unidos (um tipo de containment) é impotente para conter a China e detrimental para a segurança e o desenvolvimento da humanidade”. Tendo isso em vista, há algumas possibilidades de atuação dos Estados Unidos para tentar impedir esse expansionismo e possível ascensão chinesa na região.

Uma possibilidade é Washington substituir a atual estratégia de polarização e contenção baseada no Indo-Pacífico em prol de um arranjo global de governança que priorize a cooperação em torno das questões de desenvolvimento sustentável e segurança coletiva. A outra, cada vez mais difícil, é tentar conter a China por meio de bloqueios econômicos e demonstrações de força militar. (PAUTASSO, CEPIK, 2022, p. 63)

Com isso, serão apresentados, no próximo capítulo, dados os quais mostrarão as projeções de Estados Unidos e China em países estratégicos da região do Sudeste Asiático, sendo eles Filipinas, Vietnã, Malásia e Indonésia. A divisão desses dados é baseada na proposta de Joseph Nye de tríade de poderes: poder militar, poder econômico e relações transnacionais (poder político).

4. A PROJEÇÃO DE PODER DE CHINA E ESTADOS UNIDOS SOBRE FILIPINAS, VIETNÃ, MALÁSIA E INDONÉSIA

Neste capítulo, será apresentada a metodologia a qual foi escolhida para se mensurar o poder de China e Estados Unidos em alguns países do Sudeste Asiático, baseada em uma média aritmética simples. Os dados utilizados foram retirados das plataformas Lowy Institute Asia Power Index (2023) e International Trade Centre (2019). Posteriormente, serão apresentados os dados coletados com base nas capacidades de poder de Joseph Nye: econômica, militar e relações transnacionais (política). Neles, percebe-se uma interessante bipolaridade na região. Outrossim, é importante ressaltar que foi buscado realizar uma pesquisa de comparação entre o período da Crise de 2008 e a atualidade. Contudo, não foram encontrados dados suficientes do primeiro período e, assim, preferiu-se manter a pesquisa na bipolaridade dos últimos anos na região. Por fim, serão apontados os resultados e considerações do capítulo.

4.1 MENSURAÇÃO DE PODER

Muito se debate sobre o poder e a manutenção dele no sistema internacional. Além disso, entende-se que, para que um país se torne hegemônico, ele deve ter o controle do poder, seja de uma região ou até mesmo mundial. Assim, se faz necessário entender: como medir o poder no sistema internacional para se afirmar que o país está sendo hegemônico ou não?

Jeffrey Hart (1976, apud, CORRÊA, 2023, p. 83) estabelece que o poder e a medição dele é baseado em três controles: “(1) sobre os recursos; (2) sobre os atores; e (3) sobre eventos e resultados”. Hart (1976) considera que dos três, o terceiro e, também, é o que mais se relaciona a teoria de Joseph Nye. De maneira geral, o controle sobre eventos e resultados é a melhor forma de se medir o poder em situações coletivas e de interdependência pois: “1) é a única abordagem que leva em conta a possibilidade de interdependência e ação coletiva, 2) é mais geral do que a abordagem outras duas abordagens, e 3) produz um tipo de análise que tem vantagens descritivas e normativas”⁹ (HART, 1976, p. 289, tradução nossa). A semelhança com Nye se apoia no conceito do teórico acerca da interdependência

⁹ Texto original: 1) it is the only approach which takes into account the possibility of interdependence and collective action, 2) it is more general than the other two approaches, and 3) it produces a type of analysis which has both descriptive and normative advantages.

assimétrica “e a sua influência na capacidade de determinados atores em moldar o comportamento dos demais em determinado contexto ou agenda internacional” (NYE, 1990, apud, CORRÊA, 2023, p.84).

Contudo, Corrêa (2023) entende que essa abordagem não é muito útil na prática, e, assim, entende que o poder é medido de forma mais assertiva por meio de fatores de capacidades econômicas e militares. Com base nisso, a mensuração de poder será feita com base em indicadores quantitativos. Faz-se importante abordar que, por ser feita uma análise de dados entre países e não eles de forma singular, há uma falta de pesquisa e informação dessas relações. Assim, serão analisados “poucos” indicadores, que medem o tamanho dos recursos das relações bilaterais. Com base nisso, a presente pesquisa entende que a superioridade nas capacidades econômica/financeira, militar e de relações transnacionais/política define a posição do país chinês e do país estadunidense enquanto hegemônias regionais no Sudeste Asiático.

4.1.1 Capacidades de poder

Quanto a uma explicação sobre a definição de cada capacidade de poder retratada, a capacidade econômica engloba os recursos econômicos conquistados por um Estado através do monopólio/controlado dos meios de produção, se sobressaindo acima dos outros (GILPIN, 1981; WALLERSTEIN, 2004). Assim, serão retratados dados de comércio bilateral (quais países da região dependem mais do comércio com os EUA/China?), fluxos cumulativos de investimentos de capital estrangeiro (que países da região dependem mais do investimento da EUA/China?), importações e exportações de cada país do Sudeste Asiático analisado.

A capacidade militar de poder é “composta pelos recursos materiais de um Estado, se manifestando através de potenciais destrutivos, como a tecnologia, as indústrias e os equipamentos militares, por exemplo” (COX, 2021, apud, CORRÊA, 2023, p.88). De acordo com Nye (2011), esta capacidade está diretamente ligada à demonstração ao fenômeno de coerção por meio da força, como forma de intimidação. Os dados que serão apresentados serão de comércio de armamentos (quais países da região dependem mais do comércio de armas com os EUA/China?), exercícios de treinamento conjuntos (quais países fazem parceria com mais frequência com EUA/China em seus exercícios de treinamento militar

conjunto?), diálogos de defesa (que países da região realizam a maior parte dos seus diálogos de defesa com EUA/China?) e bases militares.

Por fim, as relações transnacionais ou capacidade política pode ser traduzida como meio atrativo e de persuasão, além de se relacionar com a “competência de controlar o desenvolvimento, a aquisição e a difusão de conhecimentos científico-tecnológicos à nível global, pois estes apoiam o aprimoramento das capacidades materiais de um Estado” (STRANGE, 1994, apud, CORRÊA, 2023, p. 90). Tendo isso em vista, serão mostrados dados de interesse de pesquisa online (quais países da região estão mais interessados em EUA/China online?), destinos de migrantes (quais países da região são mais atraídos pelos EUA/China como destino de migrantes?), destinos de viagem (quais países são mais atraídos pelos EUA/China como destino de viagem regional? - chegadas pré-pandemia de visitantes não residentes), fluxos de mídia estrangeira (em quais países as plataformas de mídia dos EUA/China são mais populares? - agências de notícias, jornais, emissoras de TV e rádio), alinhamento em votações da ONU (Qual a importância dos EUA/China como parceiro de voto da ONU para os países da região?) e diálogos diplomáticos (quais são os países da região que realizam a maior parte dos seus diálogos diplomáticos com os EUA/China/?).

Com base nisso, entende-se que a superioridade nessas capacidades demonstram a posição de um Estado quanto ao seu poder e influência. Assim, a hegemonia regional no Sudeste Asiático deverá ser superior nessas categorias para ser considerada como tal, seja ela Estados Unidos ou China.

4.1.2 Cálculos do poder relativo

De maneira geral, os dados utilizados foram comparados e, baseado nas fórmulas de cálculo de Corrêa (2023), foi realizada uma porcentagem de qual dos dois países está à frente na capacidade de poder (fórmula 1), além de ser realizada a capacidade relativa de cada indicador (fórmula 2).

Fórmula 1 - Porcentagem da capacidade de poder no indicador x

$$\text{Capacidade do indicador (Ci)} = \frac{\text{indicador PA} \cdot 100}{\text{indicador PA} + \text{indicador PB}}$$

Fórmula 2 - Porcentagem da capacidade relativa

$$\text{Capacidade relativa (Cr)} = \frac{\text{Ci} + \text{Ci} + \text{Ci} + \dots}{\text{n}^\circ \text{ de indicadores}}$$

Fórmula 3 - Poder agregado

$$\text{Poder agregado (Pdr A)} = \frac{\text{Cr Econômica} + \text{Cr Militar} + \text{Cr Política}}{3}$$

Tendo as fórmulas em vista, compreende-se que capacidade do indicador (Ci) representa os recursos relativos para cada indicador dentro da capacidade em questão, capacidade relativa (Cr) a soma dos recursos relativos para uma das capacidades, resultando em uma visão geral da capacidade, bem como “PA” e “PB” referem-se a país A e país B (China ou Estados Unidos). Além disso, o poder agregado (Pdr A) representa uma média dos três poderes. É importante salientar que, para fins de esclarecimento e de consideração de apenas duas casas decimais, foi escolhido arredondar, quando necessário, os menores valores de capacidade relativa em soma de 0,01%.

4.2 ANÁLISE DOS TRÊS PODERES DE NYE APLICADOS EM FILIPINAS, VIETNÃ, INDONÉSIA E MALÁSIA

A partir do que foi ressaltado, foram elaboradas tabelas que demonstram as três capacidades de poder, bem como seus resultados de capacidade relativa de poder.

4.2.1 Filipinas

Assim, se começará o estudo de poderes abordando o caso das Filipinas.

Tabela 2 - Poder econômico sobre as Filipinas

Poder Econômico	Valor		Média		Referências
	EUA	CHINA	EUA	CHINA	
Filipinas					
Comércio bilateral (2020, em dólares)	16,7 Bi	41, 8 Bi	28,55%	71,45%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Fluxos cumulativos de investimentos de capital estrangeiro (2012 - 2021, em dólares)	12 Bi	17,8 Bi	40,27%	59,73%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Exportações (2020 - 2022, em dólares)	34.050.869	32.118.611	51,40%	48,60%	International Trade Centre (2019)
Importações (2020 - 2022, em dólares)	25.108.761	78.964.870	24,10%	75,90%	International Trade Centre (2019)
Capacidade relativa de poder econômico (média dos indicadores)	-		36,08%	63,92%	

Fonte: produção própria

Acerca da tabela 2, é possível inferir que, no que tange o poder econômico, os Estados Unidos só sobressai a China nas exportações, com 51,4%, o que não demonstra também uma diferença significativa. Sendo assim, afere-se que nas questões de comércio bilateral, fluxos cumulativos de investimentos de capital estrangeiro e importações a China apresenta valores maiores, ou seja, há uma preponderância chinesa, com 71,45%, 59,73% e 75,90% respectivamente. Dessa forma, ao aplicar a fórmula apresentada, em que se faz uma média da porcentagem de China e EUA, percebe-se que a China domina a tal capacidade relativa econômica nas Filipinas.

Tabela 3 - Poder militar sobre as Filipinas

Poder Militar	Valor		Média		Referências
	EUA	CHINA	EUA	CHINA	
Filipinas					
Comércio de armas (2013 - 2021, em dólares)	384 M	0 M	100%	0%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)

Exercícios de treinamento conjuntos (2017 - 2021)	47	11	81,03%	18,97%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Diálogos de defesa (2020 - 2021)	7	1	87,50%	12,50%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Bases militares (2020 - 2022)	5	0	100%	0%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Capacidade relativa de poder militar (média dos indicadores)	-		92,14%	7,86%	

Fonte: produção própria

No que diz respeito ao poder militar (tabela 3), os Estados Unidos é praticamente dominante. Em dois indicadores o país apresenta totalidade de predominância, sendo eles o comércio de armas e bases militares. Mesmo assim, nos outros dois fatores - exercícios de treinamento conjuntos e diálogos de defesa - a China não apresenta números notáveis, e, portanto, não se observa uma relação tão significativa quanto a com a dos Estados Unidos.

Tabela 4 - Poder político sobre as Filipinas

Relações Transnacionais	Valor		Média		Referências
	EUA	CHINA	EUA	CHINA	
Filipinas					
Interesse de pesquisa online (2021, em porcentagem de pesquisas)	17,40%	10,10%	63,27%	36,73%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Destino de migrantes (2020, em número de pessoas)	2.061.178	209.886	90,75%	9,25%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Destinos de viagens (2020, em número de pessoas)	45.812	300.169	13,25%	86,75%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Fluxos de mídia estrangeira (2021, em porcentagem de pesquisas relevantes na internet)	53%	3,20%	94,30%	5,70%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Alinhamento em votações da ONU (2021, em porcentagem)	30,60%	84,30%	26,64%	73,40%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)

Diálogos diplomáticos (2021, em número de diálogos)	1	3	33,34%	66,66%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Capacidade relativa de poder político (média dos indicadores)	-		53,59%	46,41%	

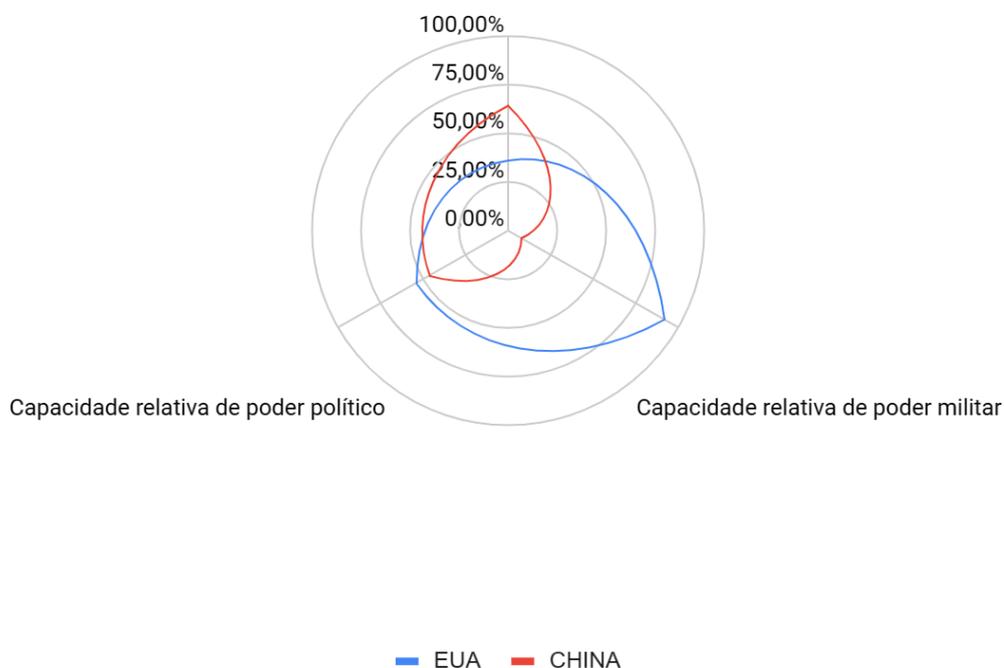
Fonte: produção própria

De acordo com a tabela 4, de relações transnacionais, é possível inferir que novamente há uma preponderância dos Estados Unidos. Neste caso, a diferença na capacidade relativa de poder político não é tão significativa. Contudo, é interessante ressaltar que quanto a migrações para um dos dois países em questão e fluxos de mídia estrangeira, a diferença de valores é muito relevante. Ou seja, se afere que pessoas optam muito mais por migrarem para os Estados Unidos do que para a China e que o consumo de mídias estadunidenses são mais apreciáveis pela população filipina. É interessante se analisar também as categorias dominadas pela China - destino de viagens, alinhamento em votações da ONU e diálogos diplomáticos -, pois, principalmente as duas últimas, estão diretamente ligadas ao poder brando que a China vem aplicando na região e que, por meio desses dados, aparenta ser uma estratégia que está tendo êxito.

Com base nas tabelas expostas acerca dos três poderes apresentados, o gráfico 1 torna a capacidade dos poderes mais esclarecedoras e visuais, entendendo-se então qual país domina qual tipo de poder.

Gráfico 1 - Capacidade dos poderes relativos nas Filipinas

Capacidade relativa de poder econômico



Fonte: produção própria

Com base no gráfico, observa-se uma grande influência dos Estados Unidos no país De forma diferente, apresenta-se o caso do Vietnã.

4.2.2 Vietnã

A seguir, serão apresentadas as capacidades de poder relativo do Vietnã.

Tabela 5 - Poder econômico sobre o Vietnã

Poder Econômico	Valor		Média		Referências
	EUA	CHINA	EUA	CHINA	
Vietnã					
Comércio bilateral (2020, em dólares)	90,9 Bi	41, 8 Bi	68,50%	31,50%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Fluxos cumulativos de	12 Bi	145 Bi	7,65%	92,35%	Lowy Institute

investimentos de capital estrangeiro (2012 - 2021, em dólares)					Asia Power Index (2023)
Exportações (2020 - 2022, em dólares)	234.803.944	146.236.823	61,60%	38,40%	International Trade Centre (2019)
Importações (2020 - 2022, em dólares)	43.319.863	269.634.594	13,80%	86,20%	International Trade Centre (2019)
Capacidade relativa de poder econômico (média dos indicadores)	-		37,89%	62,11%	

Fonte: produção própria

A tabela 5 demonstra também uma preponderância chinesa na capacidade relativa no poder econômico vietnamita. Nesse caso, os indicadores de poder econômico são bem divididos quanto ao domínio dos dois países - cada um possui o domínio de dois dos quatro indicadores -, contudo a diferença de valores dos dados é expressiva, como em fluxos cumulativos de investimentos de capital estrangeiro e importações, que representam, respectivamente, 92,35% e 86,20%, permitindo que a China tenha a capacidade de poder relativa.

Tabela 6 - Poder militar sobre o Vietnã

Poder Militar	Valor		Média		Referências
	EUA	CHINA	EUA	CHINA	
Vietnã					
Comércio de armas (2013 - 2021, em dólares)	108 M	0 M	100%	0%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Exercícios de treinamento conjuntos (2017 - 2021)	15	9	62,50%	37,50%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Diálogos de defesa (2020 - 2021)	2	3	40%	60%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Bases militares (2020 - 2022)	1	0	100%	0%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)

Capacidade relativa de poder militar (média dos indicadores)	-	75,62%	24,38%	
---------------------------------------------------------------------	---	---------------	---------------	--

Fonte: produção própria

Assim como no caso das Filipinas, a dominância dos Estados Unidos no que diz respeito ao poder militar é evidente. Novamente, o país controla completamente dois indicadores - comércio de armas e bases militares - que são os mais definitivos dos apresentados no que se refere à possibilidade de coerção. Além disso, o indicador de diálogos de defesa, em que a China atua com maior relevância, com 60%, se encaixa em capacidade militar, mas é uma capacidade militar que não apresenta necessariamente um poder de opressão, por ser justamente um diálogo.

Tabela 7 - Poder político sobre o Vietnã

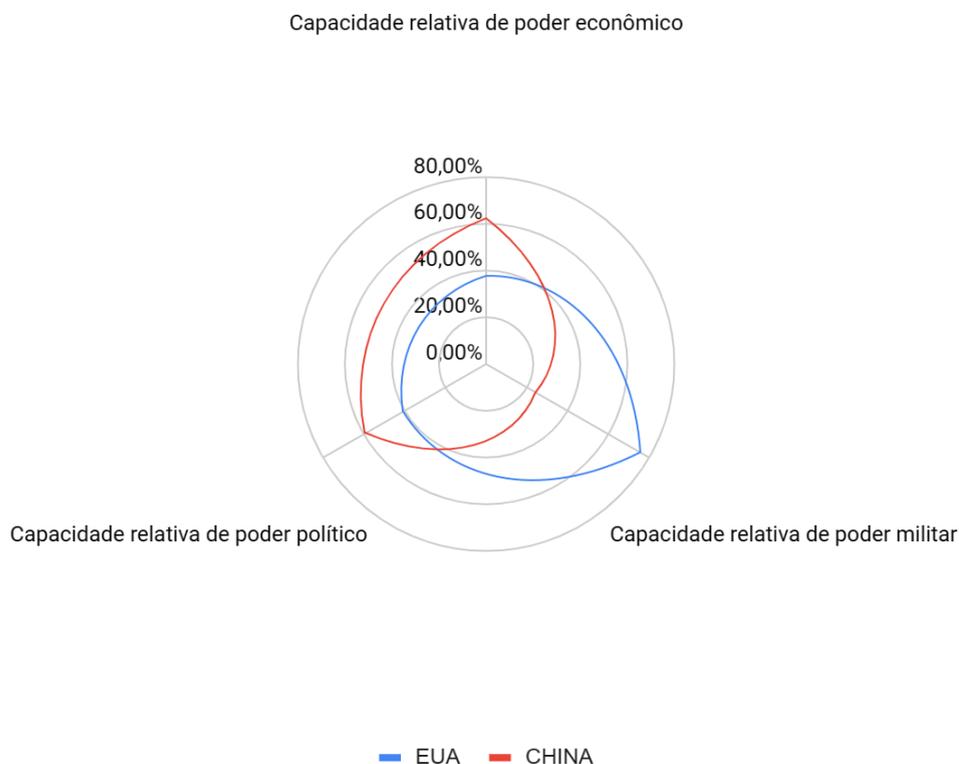
Relações Transnacionais	Valor		Média		Referências
	EUA	CHINA	EUA	CHINA	
Vietnã					
Interesse de pesquisa online (2021, em porcentagem de pesquisas)	13,70%	21,40%	39,04%	60,96%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Destino de migrantes (2020, em número de pessoas)	1.403.193	314.501	81,69%	18,31%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Destinos de viagens (2020, em número de pessoas)	21.222	1.488.307	1,41%	98,59%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Fluxos de mídia estrangeira (2021, em porcentagem de pesquisas relevantes na internet)	63,50%	2,20%	96,65%	3,35%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Alinhamento em votações da ONU (2021, em porcentagem)	29,20%	84,10%	25,78%	74,22%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Diálogos diplomáticos (2021, em número de diálogos)	0	3	0%	100%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Capacidade relativa de poder político (média dos indicadores)	-		40,77%	59,23%	

Fonte: produção própria

Novamente, assim como no caso das Filipinas, a China domina a capacidade relativa de poder político. Novamente a questão dos fluxos de mídia estrangeira é voltada para os Estados Unidos, com 96,65% de prevalência, mas o país não realizou diálogos diplomáticos com o Vietnã, tendo esse distanciamento entre os Estados, sendo que a China realizou, em um ano, 3 conversas. Além disso, mais uma vez o alinhamento do Vietnã em votações da ONU tende a ser mais principal para com a China, com 74,22% de alinhamento. Ou seja, entende-se que, de certa forma, a China defende pontos que são pertinentes para o Vietnã e, por isso, há essa parceria.

A partir disso, apresenta-se o gráfico 2, que novamente entende qual país domina qual tipo de poder.

Gráfico 2 - Capacidade dos poderes relativos no Vietnã



Fonte: produção própria

A seguir, serão apresentados os dados da Indonésia.

4.2.3 Indonésia

Em seguida, será analisada a capacidade relativa de poder na Indonésia.

Tabela 8 - Poder econômico sobre a Indonésia

Poder Econômico	Valor		Média		Referências
	EUA	CHINA	EUA	CHINA	
Indonésia					
Comércio bilateral (2020, em dólares)	27,3 Bi	41, 8 Bi	39,51%	60,49%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Fluxos cumulativos de investimentos de capital estrangeiro (2012 - 2021, em dólares)	12 Bi	76,2 Bi	13,60%	86,40%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Exportações (2020 - 2022, em dólares)	72.740.811	151.464.477	32,40%	67,60%	International Trade Centre (2019)
Importações (2020 - 2022, em dólares)	31.628.911	163.569.425	16,20%	83,80%	International Trade Centre (2019)
Capacidade relativa de poder econômico (média dos indicadores)	-		25,43%	74,57%	

Fonte: produção própria

Em comparação com os poderes econômicos das Filipinas e do Vietnã, a capacidade relativa de poder da China sobre a Indonésia é mais expressiva. Isso se deve pelo país dominar todos os indicadores, tendo valores respectivos de 60,49%, 86,40%, 67,60% e 83,80%. Assim, compreende-se que os Estados Unidos, a partir dos indicadores apresentados, possuem uma capacidade relativa de poder baixa acerca da Indonésia.

Tabela 9 - Poder militar sobre a Indonésia

Poder Militar	Valor		Média		
Indonésia	EUA	CHINA	EUA	CHINA	Referências
Comércio de armas (2013 - 2021, em dólares)	946 M	269 M	77,86%	22,14%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Exercícios de treinamento conjuntos (2017 - 2021)	32	15	68,08%	31,92%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Diálogos de defesa (2020 - 2021)	1	2	33,37%	66,66%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Bases militares (2020 - 2022)	1	0	100%	0%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Capacidade relativa de poder militar (média dos indicadores)	-		69,82%	30,18%	

Fonte: produção própria

Repetidamente, os Estados Unidos dominam a capacidade relativa de poder militar, com 69,82% de influência. Assim como o Vietnã, o único critério de poder militar que a China expressa relevância é a de diálogos de defesa. Além disso, a China também não apresenta bases militares no país, o que acaba limitando mais ainda sua significância quanto a esse poder.

Tabela 10 - Poder político sobre a Indonésia

Relações Transnacionais	Valor		Média		
Indonésia	EUA	CHINA	EUA	CHINA	Referências
Interesse de pesquisa online (2021, em porcentagem de pesquisas)	3,30%	9,20%	26,40%	73,60%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Destino de migrantes (2020, em número de pessoas)	105.617	171.274	38,14%	61,85%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Destinos de viagens (2020, em número de pessoas)	15.913	167.520	8,68%	91,32%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)

Fluxos de mídia estrangeira (2021, em porcentagem de pesquisas relevantes na internet)	63,10%	1,40%	97,82%	2,18%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Alinhamento em votações da ONU (2021, em porcentagem)	27,10%	86%	23,96%	76,04%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Diálogos diplomáticos (2021, em número de diálogos)	3	3	50%	50%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Capacidade relativa de poder político (média dos indicadores)	-		40,84%	59,16%	

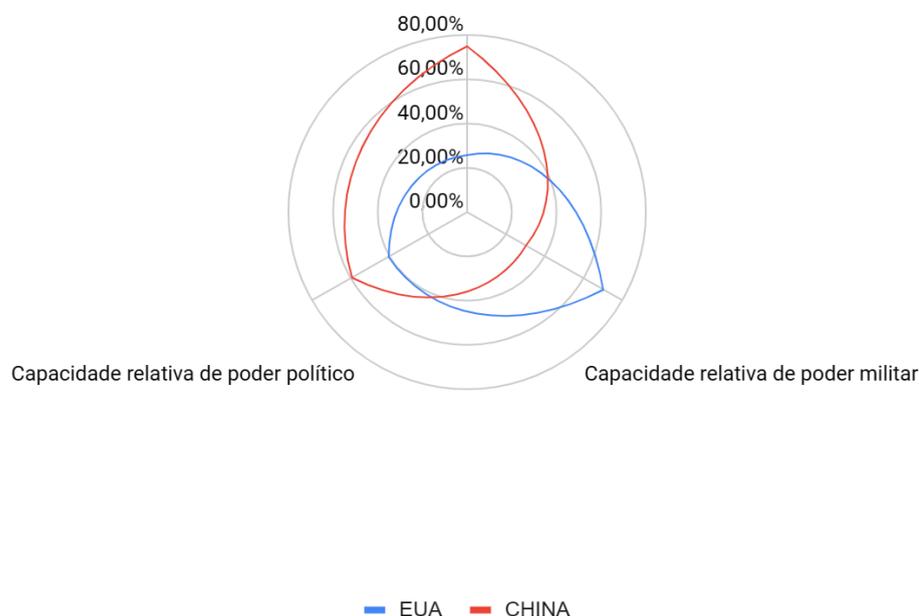
Fonte: produção própria

Assim como com os outros países apresentados, a capacidade relativa de poder político é dominada novamente pela China, com 59,16%. Além disso, mais uma semelhança é observada, sendo essa a de que os fluxos de mídia estrangeira são quase que inteiramente voltados para os Estados Unidos, demonstrando que notícias sobre o país são muito buscadas pela população indonésia. Por fim, é interessante destacar que, diferente dos outros países, com a Indonésia as migrações se concentram mais para a China do que para os Estados Unidos, possivelmente por políticas de atração chinesas (soft power).

Tendo isso em vista, o gráfico 3 demonstra justamente o que as tabelas apresentam.

Gráfico 3 - Capacidade dos poderes relativos na Indonésia

Capacidade relativa de poder econômico



Fonte: produção própria

A partir do gráfico, observa-se uma maior influência da China do que dos Estados Unidos sobre o país.

4.2.4 Malásia

Por fim, encerra-se o estudo com uma análise dos três poderes na Malásia.

Tabela 11 - Poder econômico sobre a Malásia

Poder Econômico	Valor		Média		Referências
	EUA	CHINA	EUA	CHINA	
Malásia					
Comércio bilateral (2020, em dólares)	42,7 Bi	41, 8 Bi	50,53%	49,47%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Fluxos cumulativos de investimentos de capital estrangeiro (2012 - 2021, em dólares)	12 Bi	98,4 Bi	10,87%	89,13%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)

Exportações (2020 - 2022, em dólares)	98.389.293	132.054.046	42,70%	57,30%	International Trade Centre (2019)
Importações (2020 - 2022, em dólares)	57.481.205	158.967.325	26,50%	73,50%	International Trade Centre (2019)
Capacidade relativa de poder econômico (média dos indicadores)	-	-	32,65%	67,35%	

Fonte: produção própria

Pode-se aferir que, pela primeira vez nas análises das tabelas de poder econômico, os Estados Unidos regem o comércio bilateral. A diferença é mínima para com a China, sendo de 50, 53% contra 49,47%, o que é possível entender que há um processo de transição em que a China ultrapassará os Estados Unidos na Malásia neste fator, assim como nos outros países. Além disso, repetidamente a capacidade relativa de poder econômico é liderada pela China, com 67,35% e o número mais expressivo do país se concentra nos fluxos cumulativos de investimentos de capital estrangeiro.

Tabela 12 - Poder militar sobre a Malásia

Poder Militar	Valor		Média		Referências
	EUA	CHINA	EUA	CHINA	
Malásia					
Comércio de armas (2013 - 2021, em dólares)	41 M	78 M	34,46%	65,54%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Exercícios de treinamento conjuntos (2017 - 2021)	33	17	66%	34%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Diálogos de defesa (2020 - 2021)	1	2	33,34%	66,66%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Bases militares (2020 - 2022)	1	0	100%	0%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Capacidade relativa de poder militar (média dos indicadores)	-	-	58,45%	41,55%	

Fonte: produção própria

Quanto à capacidade relativa de poder militar, novamente os Estados Unidos apresenta uma porcentagem maior que a da China, sendo de 58,45%, contudo, é a menor dentre os países analisados. Isso se deve principalmente pela relação da China com a Malásia quanto ao comércio de armas, que representa quase o dobro da que os Estados Unidos têm com o país, sendo respectivamente 78 milhões contra 41 milhões. Ademais, outra vez a China não contempla bases militares no país verificado, o que leva a capacidade de poder no indicador ser zerada e, assim, prejudicar sua capacidade relativa.

Tabela 13 - Poder político sobre a Malásia

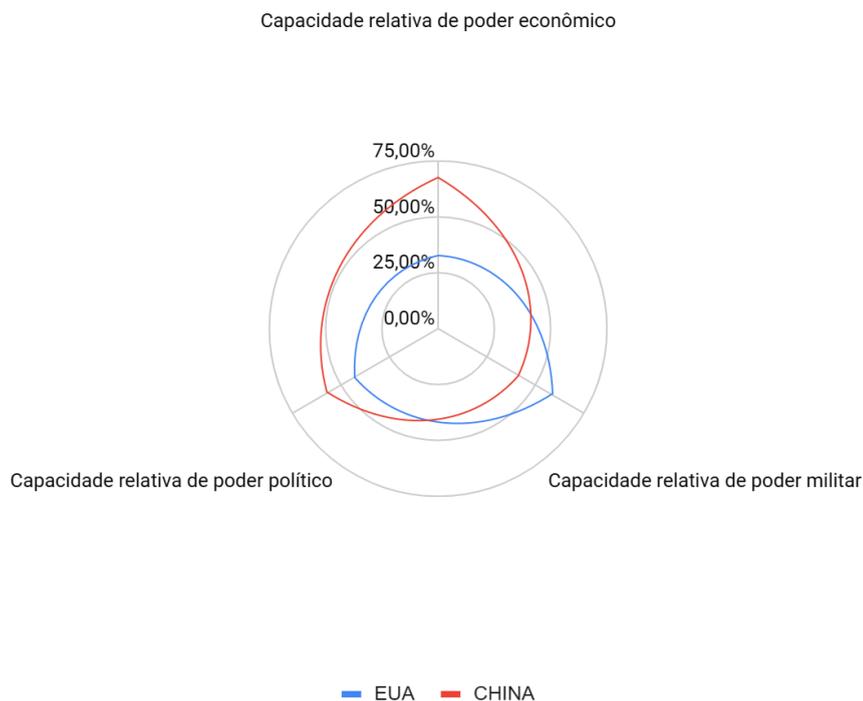
Relações Transnacionais	Valor		Média		Referências
	EUA	CHINA	EUA	CHINA	
Malásia					
Interesse de pesquisa online (2021, em porcentagem de pesquisas)	4,50%	11,90%	27,44%	72,56%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Destino de migrantes (2020, em número de pessoas)	73.947	20.692	78,13%	21,87%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Destinos de viagens (2020, em número de pessoas)	12.687	281.871	4,31%	95,69%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Fluxos de mídia estrangeira (2021, em porcentagem de pesquisas relevantes na internet)	44,40%	5,80%	88,44%	11,56%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Alinhamento em votações da ONU (2021, em porcentagem)	29,40%	84,90%	25,73%	74,27%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Diálogos diplomáticos (2021, em número de diálogos)	1	2	33,33%	66,66%	Lowy Institute Asia Power Index (2023)
Capacidade relativa de poder político (média dos indicadores)	-		42,90%	57,10%	

Fonte: produção própria

Assim como com Vietnã e Indonésia, a capacidade relativa de poder político é dominada pela China, o que mostra um soft power efetivo e com bons resultados. Também, dois dos seis indicadores são de domínio estadunidense, sendo eles os de imigração (78,13%) e os de fluxos de mídia estrangeira (88,44%). Devido a esses fatores, há uma diferença de apenas 14,2% de capacidade relativa. Além disso, é interessante se notar que o indicador de destino de viagens é, em todos os países, orientado pela China, podendo os fatores de moeda e proximidade serem grandes influenciadores para tal resultado.

Assim, mostra-se novamente um gráfico (gráfico 4) da média dos indicadores na Malásia.

Gráfico 4 - Capacidade dos poderes relativos na Malásia



Fonte: produção própria

Na Malásia, entende-se que a influência da China é superior à dos Estados Unidos.

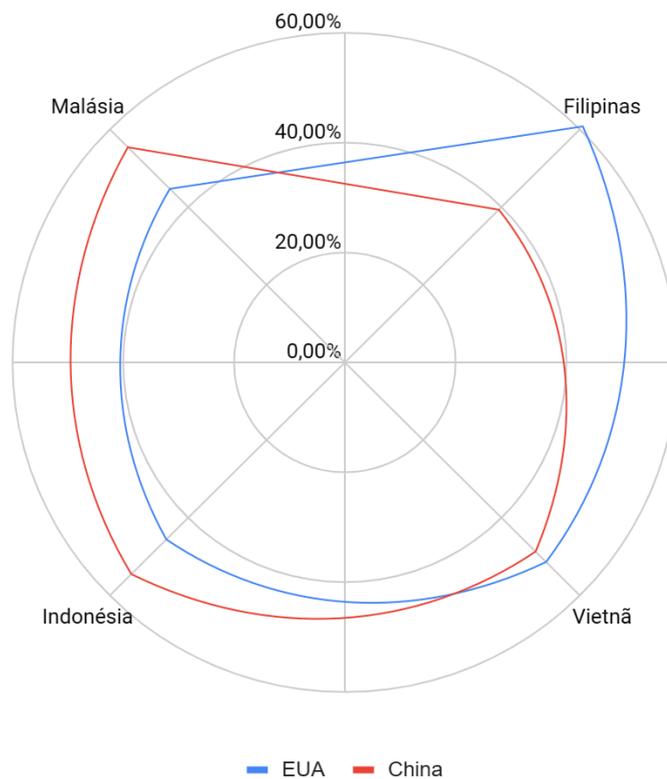
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Tendo as tabelas de indicadores em vista, entende-se que os Estados Unidos dominam a capacidade relativa de poder militar em todos os países apresentados. Assim, pode-se entender alguns aspectos, como, por exemplo, a presença e influência militar se manter forte para justamente impedir a China de ter essa oportunidade. Além disso, como já abordado, Keohane e Nye (2001) entendem que, em certas ocasiões, o poder militar vai ser mais eficiente, principalmente no que tange a aplicar meios de coerção para se atingir algum objetivo. Ainda, Nye (2010) também afirma que o poder militar ainda é muito unipolar no Sistema Internacional, sendo pertencente aos Estados Unidos e essa ordem deve vingar por algum tempo ainda. Não obstante, Mearsheimer acredita que o poder militar é essencial para sustentar uma hegemonia. Deste modo, afere-se uma superioridade ainda dos Estados Unidos muito forte em um meio que é de extrema relevância, ainda mais em uma região que acontecem alguns conflitos e disputas pelo Mar do Sul da China.

Para mais, examina-se que, tirando o poder político das Filipinas, a China tem primazia em todos os outros poderes políticos e econômicos apresentados. Tal efeito que não é contemplado nas Filipinas pode ser explicado pelo fato de os Estados Unidos possuir fortes relações bilaterais com as Filipinas e pela China não respeitar o país nas disputas quanto as do Mar do Sul da China, não levando em consideração as decisões de tribunais internacionais e não respeitar também fronteiras limitadas em um consenso, como a das Zonas Econômicas Especiais, levando o Estado filipino a ter um alinhamento maior com os Estados Unidos, por esse também se opor a tais atitudes chinesas. Mesmo assim, os dados demonstram que, no que diz respeito à ONU, ou seja, internacionalmente, todos os países optam por se alinhar à China, possivelmente por essa defender interesses da região como um todo e ter uma abordagem mais identificável, por ser também um país oriental.

Por fim, apresenta-se um gráfico (gráfico 5) acerca do poder agregado, ou seja, a soma das capacidades relativas dividida por três.

Gráfico 5 - Poder agregado em cada país



Fonte: elaboração própria

O poder agregado indica que, com a grande influência dos Estados Unidos quanto ao poder militar, o país possui uma primazia nas Filipinas (60,6%) e no Vietnã (51,42%), enquanto a China, por liderar os poderes econômico e político, acaba sendo mais influente na Indonésia (54,63%) e na Malásia (55,33%). Assim, entende-se que os Estados Unidos concentram uma parcela maior do poder agregado em dois dos quatro países analisados e a China nos outros dois. É interessante notar que a disparidade de poder no Vietnã é pequena (menos de 2% de diferença) o que pode indicar que, em breve, haja uma transição de poder agregado no país também. Além disso, a maior diferença de poder agregado se encontra nas Filipinas, indicando que os Estados Unidos investem em manter sua influência no país, dificultando uma possível ascensão chinesa.

5 CONCLUSÕES

Com base no que foi apresentado, a pergunta que se faz é: a China realmente está concentrando mais a capacidade relativa de poder do que os Estados Unidos nos países analisados do Sudeste Asiático? O que se pode aferir é que, como foi verificado, apesar dos Estados Unidos se manterem como detentores do poder militar na região, a China domina quase todas as categorias econômicas e políticas nos países. Com isso, compreende-se que a China ocupa estruturas específicas de poder, principalmente econômicas e políticas, que, ao se analisar a parte histórica (capítulo dois), pode-se assimilar que antes essas estruturas tinham uma influência maior por parte dos Estados Unidos.

Além disso, a partir das teorias analisadas, compreende-se que a relação delas (de Arrighi, Nye e Mearsheimer) realmente auxiliam na resposta da pergunta realizada. Isso se deve devido a justamente entenderem os conceito de coerção e consenso, hard power e soft power, que se aplicam em diversas atitudes dos dois países que foram abordadas no segundo capítulo, como conflitos pelo Mar do Sul da China (coerção/hard power) e acordos bilaterais (consenso/soft power), e até mesmo do poder militar ser essencial para sustentar a hegemonia, pois este poder foi decisivo para que os Estados Unidos alcançasse o poder agregado de Filipinas e Vietnã.

Não somente, o conceito de hegemonia agrega ao abordar os três tipos de poder utilizados, pois Keohane e Nye (2001) justamente apresentam a tese de que o poder militar é muito importante, mas ele não é soberano, como visto no caso da China, que utiliza seus interesses e poderes que são melhor avaliados em custo e dominância para encontrar “brechas” no poder do governo dos Estados Unidos. Ou seja, a China encontra um espaço nos outros tipos de poder, que ainda não é o militar, mas sim o econômico e o político para exercer sua soberania regional.

Ademais, baseando-se em Mearsheimer (apud DALL’AGNOL, 2015), os Estados Unidos utilizam-se do mecanismo de balancing. Isso, pois o Estado busca realizar alianças, como por meio de acordos bilaterais, diálogos, proteção, entre outros, para impedir que a China se torne uma potência hegemônica regional.

Assim, o que se pode entender é que não necessariamente a China irá ultrapassar os Estados Unidos, principalmente pela presença militar estadunidense ser muito relevante na região ainda, mas é possível entender um processo de

ascensão chinesa na região nos últimos anos. Com base nisso, a hipótese da pesquisa de que *atualmente, é possível afirmar que a China está mantendo parcelas de poder que antes pertenciam aos Estados Unidos na região do Sudeste Asiático* é confirmada. De fato, os Estados Unidos dominam as capacidades militares de poder, mas a China apresenta expressiva autoridade nas capacidades econômicas e políticas, principalmente nos quesitos de importações e alinhamento em votações da ONU.

A ascensão chinesa e uma possível transição hegemônica, seja ela mundial ou regional, ainda apresenta muitas incertezas nos debates acadêmicos, principalmente no sentido de o país ser capaz de

comandar uma nova onda de crescimento na economia-mundo capitalista, devido, sobretudo: (a) à habilidade do Estado chinês em ainda subjugar as frações da elite capitalista (ou burguesa) doméstica (e não o contrário) e, portanto, em interferir na incessante acumulação de capital; (b) ao fato da China ser uma civilização milenar distinta da Ocidental (e com uma formação histórica-estatal não baseada na guerra, como os europeus), que possui o seu próprio modo de organização político-social, que pode impactar na sua resistência à aceitar a ordem liberal; (c) à sua população de mais de 1 bilhão de pessoas, que pode causar desequilíbrios no funcionamento (oferta e demanda) da economia-mundo capitalista; e (d) aos desafios de internalizar os custos de reprodução capitalista voltados ao desenvolvimento sustentável. (CORRÊA, 2023, p. 157)

Ademais, faz-se necessário ressaltar que o objetivo da pesquisa é apenas salientar a ascensão da China no Sudeste Asiático, como controladora de grande parcela do poder relativo, apresentando dados quantitativos para isso e não cabe, portanto, o debate sobre se o comportamento do Estado chinês é legítimo ou não.

Para além, com a detenção dos poderes econômicos e políticos, pode-se afirmar que “a China conseguiu se aproveitar do caos sistêmico resultante da expansão financeira do CSA norte-americano, iniciando a sua expansão material a partir dos investimentos produtivos e comerciais” (CORRÊA, 2023, p. 159-160). Entretanto, entende-se que essas centralidades não são suficientes para ser uma hegemonia regional, por seu poder de coerção ainda não ser efetivo (tal qual é o dos Estados Unidos) e o poder consensual ainda ser instável e não muito efetivo.

Para melhoria em estudos futuros, tem-se que algumas limitações do trabalho são, por exemplo: (1) uma base de indicadores muito limitada quanto aos países do Sudeste Asiático, ainda mais quando é necessária uma relação com outro país; (2) serem utilizadas muitas referências ocidentais, mesmo a China e o Sudeste Asiático serem focos do trabalho; e (3) a falta de considerações históricas orientais.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: **Contraponto**, São Paulo, Ed. Unesp, 1996.

BECKER, Stefanie. **Cold War in Asia**: China's Involvement in the Korean and Vietnam War. 2015.

BIAGI, Orivaldo Leme. O IMAGINÁRIO DA GUERRA FRIA. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 1, 2007.

BUGIATO, Caio Martins. TEORIA DO IMPERIALISMO: JOHN HOBSON. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 2, p. 126–139, 2007.

CHAGAS, João Bernardo Quintanilha. **Disputa de soberania no Mar do Sul da China preocupa governo Biden**. Disponível em: <<https://www.opeu.org.br/2021/08/01/disputa-de-soberania-no-mar-do-sul-da-china-preocupa-governo-biden/>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

COSTA, Maurício Kenyatta Barros da. **A Projeção de Poder dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico**: Da Segunda Guerra Mundial ao Final do Governo de Bill Clinton. 2013.

CORRÊA, Gabriel Tamiris Rosa. **Da Crise dos Subprimes à Pandemia de COVID-19**: China e Estados Unidos nas Novas Dinâmicas Globais de Poder. 2023. 176 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

DALL'AGNOL, Augusto César. Ascensão da China e transição de poder: conflito entre a teoria neorrealista e a neoliberal. **Conjuntura Global**, v. 4, n. 1, p. 102–112, 2015.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A ÚLTIMA GUERRA DA CHINA: REFLEXÕES SOBRE O CONFLITO SINO-VIETNAMITA DE 1979. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v. 12, n. 24, p. 121–146, 2021.

ESTRE, Felipe Bernardo. Poder, interdependência e desigualdade. **Maxwell**, p. 19-42, 2012.

FERREIRA, Maurício Tolstoi dos Santos. O conceito de território usado aplicado a Guerra do Vietnã: técnicas hegemônicas e contra-hegemônicas nas geoestratégias de guerra. **Revista de Geopolítica**, v. 3, n. 2, p. 263–274, 2012.

GILPIN, Robert. War & Change in World Politics. **Cambridge University Press**, 1981.

GONÇALVES, Marcos. Mussolini e a ascensão do fascismo. **História (São Paulo)**, v. 28, p. 878–886, 2009.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3. ed. [s.l.] Edições Graal, 1991.

HART, Jeffrey. Three approaches to the measurement of power in international relations. **International Organization**, v. 30, n. 2, p. 289-305, 1976.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC). Trade Map - Trade statistics for international business development. Disponível em: <<https://www.trademap.org/>>.

JUNG, Daiana Winter; FILHO, João Estevam dos Santos; BORGES, Mateus Schneider. TENSÕES NO MAR DO SUL DA CHINA. **Relações Internacionais Para Educadores**, v. 4, p. 37–55, 2017.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. S. **Power and Interdependence**. 3. ed. 2001.

JÚNIOR, Helvécio de Jesus.; GODINHO, Natalia Virginia Rodrigues. A modernização naval chinesa e as implicações no mar do sul da China. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 25, n. 3, p. 789–822, 2019.

LAZAGNA, Angela. Lenin e a atualidade do princípio de ditadura do proletariado. **Lutas Sociais**, v. 21, n. 39, p. 109–124, 2017.

LLANDRES CUESTA, Borja. China's foreign policy in Southeast Asia. **Instituto Español de Estudios Estratégicos**, 2020.

LOBATO, Luísa Cruz.; AMIN, Mario Miguel. Estado-nação e hegemonia no século XX sob a perspectiva da teoria dos ciclos hegemônicos de Arrighi. **Revista de Geopolítica**, v. 6, nº 1, p. 169-191, 2015.

LOWY INSTITUTE. Map - Lowy Institute Asia Power Index. Disponível em: <<https://power.lowyinstitute.org/>>.

MATHIAS, Meire. Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais. **VII Congresso Internacional de História**, v. 8, n. 1, 2015.

MENDES, Gilmar de Melo. CICLOS HEGEMÔNICOS FATORES DE ESTABILIDADE, TRANSIÇÃO E INFLEXÕES HISTÓRICAS. **Fundação Dom Cabral**, 2020.

MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de; FILHO, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes; OLIVEIRA, Juliana Kelly Barbosa da Silva. A NOVA ROTA DA SEDA E A PROJEÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DA CHINA: REDES DE FINANCIAMENTO E FLUXOS DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED). **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 31, 2021.

NOGUEIRA, Isabela; HENDLER, Bruno. O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: “arquipélago de economias de mercado” ou palco da competição interestatal capitalista?. **Revista Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p. 199–221, 2016.

NYE, Joseph. S. Soft Power: the means to success in world politics. **New York: Public Affairs**, 2004.

NYE, Joseph. S. The Future of American Power: Dominance and Decline in Perspective. **New York: Foreign Affairs**, v. 89, n. 6, 2010.

NYE, Joseph. S. The Future of Power. **PublicAffairs**, 2011.

PALAT, Ravi Arvind. From World-Empire to World-Economy: Southeastern India and the Emergence of the Indian Ocean World-Economy, 1350-1650. **Binghamton ProQuest Dissertations Publishing**, 1988.

PAUTASSO, Diego. A Nova Rota da Seda e seus desafios securitários: os Estados Unidos e a contenção do eixo Sino-Russo. **Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 7, n. 2, p. 85–100, 10 ago. 2019.

PAUTASSO, Diego; CEPIK, Marco. Indo-Pacífico: entre a estratégia estadunidense e a resposta chinesa Introdução. **Revista Pensamiento Propio**, v. 26, p. 45-69, 2022.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; SARDO, Igor Estima. OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO NA OBRA DE GIOVANNI ARRIGHI: A CRISE DE 2008, O FIM DA HEGEMONIA NORTEAMERICANA E A POSIÇÃO DA CHINA. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 11, n. 21, 2022.

QUINTAIS, Renan Soares. **GUERRA DO VIETNÃ: OS FATORES DA DECISÃO QUE CULMINARAM PARA O INSUCESSO AMERICANO**. 2019.

RAMOS, Leonardo; ZHRAN, Geraldo. **Da hegemonia ao poder brando: implicações de uma mudança conceitual**. [s.l.] Cena Internacional, n.1, 2006.

SANTOS, Iasmin Vilar dos. **A IMPORTÂNCIA DO MAR DO SUL DA CHINA NAS RELAÇÕES POLÍTICAS E MILITARES ENTRE CHINA, ESTADOS UNIDOS E SUDESTE ASIÁTICO** . 2023.

SANTOS, Wagner Martins dos. Um Mar de Problemas: interesses estratégicos e a luta pelo poder no Mar do Sul da China. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 4, n. 1, 2017.

SILVER, Beverly; ARRIGHI, Giovanni. O fim do longo século XX. **O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo**, 2012.

VIDAL, Camila Felix; BRUM, Luan. Por uma outra forma de (re)pensar as Relações Internacionais: hegemonia e criação de consenso. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 56, p. 109–121, 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: an introduction*. **Duke University Press**, 2004.

WONG, Tessa. **A nova rota da seda que o país quer construir vale o investimento trilionário?** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmj544lg205o>>.